



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
CURSO DE MESTRADO**

**FRANCISCO TAVARES DE MELO**

**DOS CÍRCULOS ATIVISTAS À CONSTRUÇÃO DO BAIRRO: A RODA DE FOGO  
EM SUAS MEMÓRIAS E IDENTIDADES (RECIFE, 1987 - 2017)**

**Recife  
2019**

**FRANCISCO TAVARES DE MELO**

**DOS CÍRCULOS ATIVISTAS À CONSTRUÇÃO DO BAIRRO: A RODA DE FOGO  
EM SUAS MEMÓRIAS E IDENTIDADES (RECIFE, 1987 - 2017)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Regionalização e Análise Regional.

**Orientador:** Prof. Dr. Bertrand Roger Guillaume Cozic

**Recife  
2019**

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

M528d Melo, Francisco Tavares de.

Dos círculos ativistas à construção do bairro : a Roda de Fogo em suas memórias e identidades / Francisco Tavares de Melo. – 2019.

83 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Bertrand Roger Guillaume Cozic.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.  
Programa Pós-Graduação em Geografia, Recife, 2019.

Inclui referências e anexo.

1. Geografia. 2. Ativismo. 3. Identidade. 4. Memória. 5. Roda de Fogo (Recife, PE). I. Cozic, Bertrand Roger Guillaume (Orientador). II. Título.

910 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2024-117)

**FRANCISCO TAVARES DE MELO**

**DOS CÍRCULOS ATIVISTAS À CONSTRUÇÃO DO BAIRRO: A RODA DE FOGO  
EM SUAS MEMÓRIAS E IDENTIDADES (RECIFE, 1987 - 2017)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Geografia. Área de Concentração: Regionalização e Análise Regional.

Aprovado em: 13/09/2019

**Banca Examinadora**

---

Prof. Dr. Bertrand Roger Guillaume Cozic (Orientador – Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dr. Caio Augusto Amorim Maciel (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dr. Bruno Maia Halley (Examinador Externo)  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

*Dedico este trabalho aos meus pais e aos moradores de Roda de Fogo que, com muita coragem e bravura, transformaram o sonho da casa própria em realidade.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente aos meus pais, dona Rejane e seu Tônico, pelo apoio e incentivo em uma vida inteira, mesmo diante das dificuldades que foram muitas. Ao meu amor, Natasha, pela paciência, pelo carinho e por sempre acreditar em mim.

Agradeço também a todos os moradores da Roda de Fogo que participaram da confecção deste trabalho direta ou indiretamente. Em especial aqueles que se dispuseram a abrir a porta das suas casas durante as aulas de campo e nos receberam com todo carinho e empolgação para contar as suas histórias sobre o início da história da “Roda”, Alexandre Costa (Areia), Elielza Rufino, Fernando Lima e tantos outros, meu muitíssimo obrigado.

Ao meu orientador, pela confiança depositada e a todos os professores pelas discussões e indicações durante as disciplinas no decorrer do curso. Aos demais colegas de curso que, de diferentes maneiras, contribuíram para a conclusão deste trabalho.

Agradeço de forma especial aos amigos Lourival Luiz e Bruno Maia Halley. Este último em especial por ter acreditado neste trabalho até mesmo quando eu já havia perdido às esperanças de concluí-lo. Nossas aulas de campo desbravando bairros do Recife eram fantásticas. Obrigado por tudo.

## RESUMO

A dissertação ora apresentada procura estabelecer uma relação entre ativismo e identidade de bairro à luz da história de luta por moradia que originou o bairro de Roda de Fogo, a partir de 1987, na Zona Oeste do Recife. Neste encaço, apreende-se o bairro como um lugar de vivência íntima, investido por traços e experiências marcantes que denotam identidades entre os moradores. Com efeito, propõe-se desvendar os diferentes elementos que simbolizam e demarcam a alma da Roda de Fogo, considerando suas construções mais simbólicas e os modos de vida existentes, ambos denotadores das especificidades do lugar. A pesquisa também centra nos aspectos singulares da construção do bairro, rememorando os círculos de luta e engajamento social dos moradores nas décadas de 1980-90, para em seguida, identificar os seus “geossímbolos” (BONNEMAISON, 2002), que compõem o bairro na ordem do dia, expressos na paisagem e no sentimento de pertencimento das pessoas. Desse modo, apreende-se o bairro da Roda de Fogo como uma dimensão material e simbólica, onde se encontram sentidos, valores e significados diversos, sobre os quais se afirmam as personalidades do lugar em sua intersubjetividade.

**Palavras-chaves:** roda de fogo; bairro; lugar; memória.

## **ABSTRACT**

The dissertation presented here seeks to establish a relationship between activism and neighborhood identity in light of the history of the struggle for housing that gave rise to the Roda de Fogo neighborhood, starting in 1987, in the West Zone of Recife. In this context, the neighborhood is seen as a place of intimate experience, invested with striking traits and experiences that denote identities among residents. In effect, it is proposed to unveil the different elements that symbolize and demarcate the soul of the Wheel of Fire, considering its most symbolic constructions and the existing ways of life, both denoting the specificities of the place. The research also focuses on the unique aspects of the construction of the neighborhood, recalling the circles of struggle and social engagement of residents in the 1980s-90s, and then identifying its “geosymbols” (BONNEMAISON, 2002) that make up the neighborhood on the agenda, expressed in the landscape and in people’s sense of belonging. In this way, the Roda de Fogo neighborhood is understood as a material and symbolic dimension, where different senses, values and meanings are found, on which the personalities of the place assert themselves in their intersubjectivity.

**Keywords:** wheel of fire; neighborhood; place; memory.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1 - Mapa da Roda de Fogo .....</b>	<b>11</b>
<b>Figura 2 - Em 1979, com a anistia, Arraes retorna ao Recife após 14 anos vivendo no exílio na Argélia .....</b>	<b>38</b>
<b>Figura 3 - Terreno ocupado em 1987 que deu origem à Roda de Fogo. Frame do documentário “Roda de Fogo: Cidade Encantada”, de Catarina Angola .....</b>	<b>42</b>
<b>Figura 4 - Construção do armazém de “Seu Manoel”, primeiro armazém de Roda de Fogo.....</b>	<b>44</b>
<b>Figura 5 - Planta do Bairro de Roda de Fogo produzido por moradores em 1987 .....</b>	<b>46</b>
<b>Figura 6 - Manifestação dos moradores da Roda de Fogo na Rua Princesa Isabel, bairro da Boa Vista, centro do Recife, em 1989. Frame do documentário “Roda de Fogo: Cidade Encantada”, de Catarina Angola (2008).....</b>	<b>47</b>
<b>Figura 7 - Passeata dos moradores de Roda de Fogo na Avenida Conde da Boa Vista, no centro do Recife, em 1989. Frame do documentário “Roda de Fogo: Cidade Encantada”, de Catarina Angola (2008).....</b>	<b>48</b>
<b>Figura 8 - Matéria do caderno “CIDADES”, do Jornal do Comércio, publicada em Recife, 02 de fevereiro de 2003 .....</b>	<b>51</b>
<b>Figura 9 - 1ª Exibição de Vídeo organizada pela Agência de Notícias da Roda de Rogo, novembro de 2008. Equipe Agência Roda na Biblioboca Mambembe na Roda de Fogo.....</b>	<b>55</b>
<b>Figura 10 - Cartas de exibição de Rua da Roda.....</b>	<b>55</b>
<b>Figura 11 - Antigo “Casarão” da Roda de Fogo, com a presença de algumas crianças da comunidade no período de sua ocupação inicial, em 1987 .....</b>	<b>58</b>
<b>Figura 12 - Entrega da escritura da propriedade aos moradores em Roda de Fogo, no ano de 2015, em ato realizado pela Prefeitura do Recife, Governo do Estado e Perpart.....</b>	<b>63</b>
<b>Figura 13 - Entrega da escritura da propriedade aos moradores em Roda de Fogo, no ano de 2015, em ato realizado pela Prefeitura do Recife, Governo do Estado e Perpart.....</b>	<b>65</b>

<b>Figura 14 - Equipe da Perpart realiza mutirão de coleta de assinaturas em Roda de Fogo .....</b>	<b>67</b>
<b>Figura 15 - Creche de Roda de Fogo. Localizada na Rua Ocidental, nº33, no bairro do Cordeiro.....</b>	<b>68</b>
<b>Figura 16 - Terreno onde será erguida a Creche-Escola de Roda de Fogo e o Mercado Público, anunciados pela Prefeitura do Recife .....</b>	<b>69</b>
<b>Figura 17 - Parte de dentro do terreno onde será erguida a Creche-Escola de Roda de Fogo e o Mercado Público, anunciados pela Prefeitura do Recife .....</b>	<b>70</b>
<b>Figura 18 - Barracas em frente ao Terminal de Onibus de Roda de Fogo .....</b>	<b>71</b>
<b>Figura 19 - Frente da nova Creche-Escola de Roda de Fogo, na Rua Hélio Feijó, próximo ao Terminal de Ônibus do bairro .....</b>	<b>71</b>

## SUMÁRIO

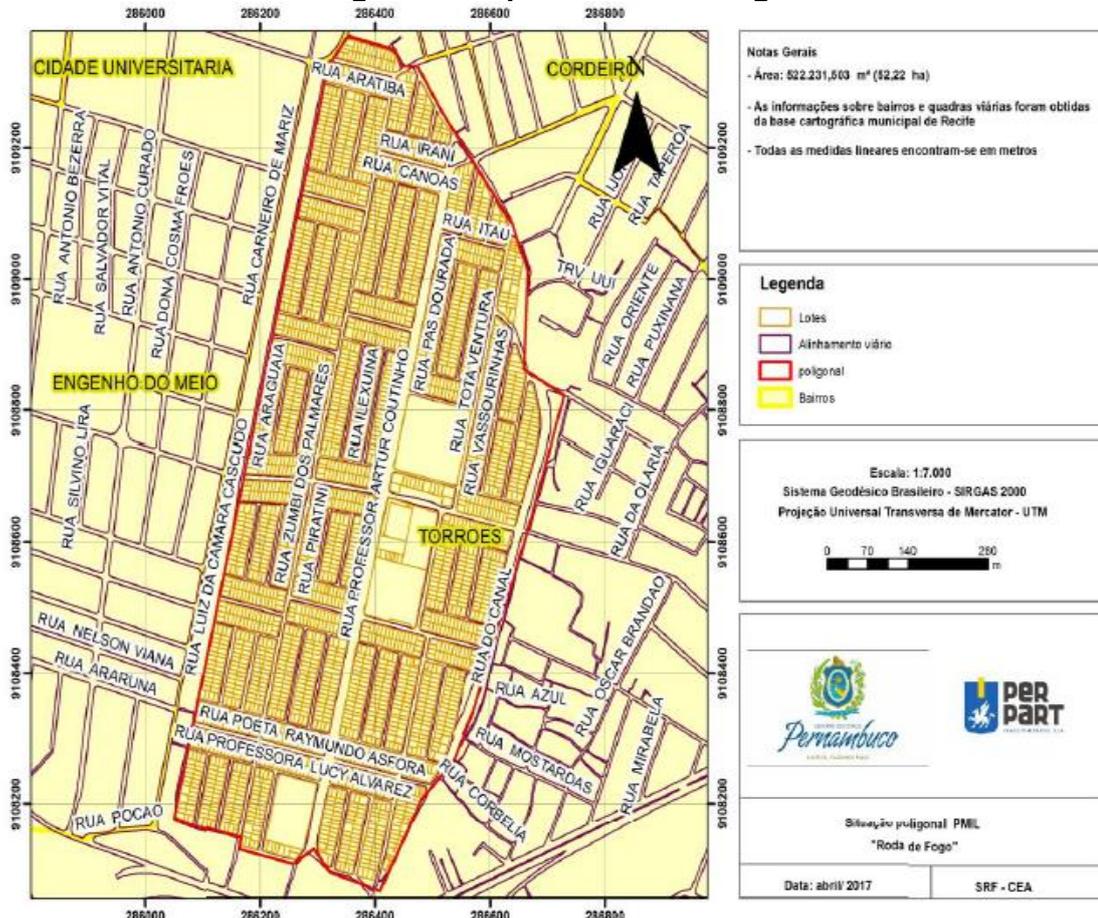
<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>MOVIMENTO SOCIAIS URBANOS: A QUESTÃO DA HABITAÇÃO E DOS ATIVISMOS DE BAIRRO NO CONTEXTO DA REDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA NOS ANOS 80 .....</b>	<b>18</b>
2.1	O cenário histórico dos movimentos sociais na segunda metade do século XX.....	18
2.2	Os movimentos sociais urbanos no Brasil no contexto da redemocratização nos anos de 1970/80 .....	28
<b>3</b>	<b>RODA DE FOGO: OS CÍRCULOS ATIVISTAS NA CONQUISTA DE UM LUGAR DE MORADIA – AS MEMÓRIAS DE LUTA DE UMA COMUNIDADE DESDE 1987.....</b>	<b>35</b>
3.1	A cidade do Recife nos anos 80: dos círculos ativistas aos movimentos de bairro.....	35
3.2	Nasce a Roda de Fogo: Resgatando a luta por moradia em 1987 através da memória.....	41
<b>4</b>	<b>DO ATIVISMO À CONSTRUÇÃO DO BAIRRO: A RODA DE FOGO EM SUAS MEMÓRIAS E GEOSSÍMBOLO .....</b>	<b>50</b>
4.1	A construção do bairro/lugar através do cotidiano: o coração do bairro e seus geossímbolos.....	50
4.2	Um ativismo permanente: a efetivação da moradia e as perspectivas de futuro.....	59
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>74</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>75</b>
	<b>ANEXO A - FOTOS E REGISTROS.....</b>	<b>80</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Embora outras ciências tenham gerado conhecimento acerca da problemática que envolve a produção do espaço urbano, o direito à moradia e à cidade, as percepções sobre os lugares, a construção de identidades, entendemos que a Geografia pode trazer, por meio dos seus conceitos, profícuas contribuições, colaborando para o entendimento e realização de futuros trabalhos que venham a se desdobrar a respeito da temática em questão.

A escolha pela temática originou-se da necessidade de se discutir a importância da moradia como um direito fundamental e, a partir dela, como as relações cotidianas entre os habitantes contribuem para a construção de um sentimento de lugar. O recorte espacial escolhido para compreender estes processos é o bairro de Roda de Fogo (Figura 01), localizado na zona oeste da cidade de Recife.

Figura 1 - Mapa da Roda de Fogo



Fonte: Arruda (2018)

A opção pelo bairro não é por acaso. Roda de Fogo surge a partir de 1987 através de uma mobilização popular bastante articulada entre indivíduos que até então não possuíam moradia. Tal articulação desencadeou um processo de luta e ocupação do solo urbano com o intuito de viabilizar um direito humano, a moradia.

Ao transitarmos pela cidade do Recife, nos deparamos com diversas formas e conteúdos que lhes são peculiares. Essas peculiaridades que marcam cada recanto da cidade são fruto de processos que remontam as temporalidades diversas, que revelam, além das formas espaciais, as experiências dos indivíduos com os lugares. A cidade, como se fora uma grande peça teatral, é composta por uma trama de enredos múltiplos, sendo produto e condicionante da reprodução da sociedade, das relações sociais que se manifestam no dia-a-dia, na cotidianidade.

Milton Santos (2006, p.39) nos lembra que o “espaço é formado por um conjunto indissociável, solitário e também contraditório, de sistemas de ações e sistemas de objetos”. Esses sistemas de ações e objetos não podem ser considerados de maneira isolada. Entendemos deste modo que as ações humanas e objetos que compõem o espaço se entrelaçam em função de relações sensitivas, experienciadas pelos indivíduos. Aliás, experiência é um termo que abrange as diferentes maneiras através das quais uma pessoa conhece e constrói a realidade (Tuan, 1983, p. 09). Ainda de acordo com este autor,

[...] a experiência implica a capacidade de aprender a própria vivência; Experienciar é aprender; significa atuar sobre o dado e criar a partir dele. O dado não pode ser conhecido em sua essência. O que pode ser conhecido é uma realidade que é o constructo da experiência, uma criação de sentimento e pensamento (Tuan, 1983, p. 10).

Tendo como referência as reflexões sobre a experiência trazidas por Tuan (1983) supõe-se que os moradores do bairro de Roda de Fogo criam, na sua relação com o espaço e através da experiência, apropriações, subjetividades, significados. Isto nos leva a analisá-lo enquanto “lugar”:

O lugar abre a perspectiva para se pensar o viver e o habitar, o uso e o consumo, os processos de apropriação do espaço. Ao mesmo tempo, posto que preenchido por múltiplas coações, expõe as pressões que se exercem em todos os níveis. Também é possível perceber-se a fragmentação do mundo na dimensão do espaço, do indivíduo, da cultura, etc. Isto é, o lugar guarda em si e não fora dele o seu significado e as dimensões do movimento da vida, possível de

ser apreendido pela memória, através dos sentidos e do corpo. O lugar se produz na articulação contraditória entre o mundial que se anuncia e a especificidade histórica do particular. Deste modo o *lugar* se apresentaria como *ponto de articulação* entre a mundialidade em constituição e o local enquanto especificidade concreta, enquanto momento (Carlos, 2007, p. 14).

Assim, o “lugar” passa a ser eleito como categoria central na busca de uma plena compreensão dos processos e dinâmicas socioespaciais inscritas no bairro de Roda de Fogo à luz das considerações de Carlos (2007, p. 41) para quem o lugar “só pode ser compreendido em suas referências, que não são específicas de uma função ou de uma forma, mas produzidos por um conjunto de sentidos, impressos pelo uso”.

O lugar é hoje, na geografia, um conceito fundamental, mas nem sempre foi assim. Tal conceito só passa a ganhar importância a partir da década de 1970/80 (Holzer, 1999). Desde o momento em que a geografia ganha status de ciência e se estrutura enquanto disciplina acadêmica – sob uma perspectiva positivista – o lugar passa a ser casualmente estudado pelos geógrafos, sendo sempre relegado a um segundo plano em relação a outros conceitos como paisagem, espaço, território, se reservando aos aspectos locais.

No período em questão, alguns profissionais procurando romper com o positivismo e neo-positivismo, que dominavam até então as ciências geográficas, passam a buscar nas filosofias dos significados (fenomenologia, existencialismo, hermenêutica e idealismo) novos horizontes para suas angústias (Mello, 1991, p. 22).

Deste modo, o interesse pelo lugar como categoria de análise fundamental à geografia vem a se concretizar, de forma mais significativa, com as correntes que se desenvolvem neste período: a Geografia Humanista (ou humanística) e a Geografia Crítica ou Radical. Os dois movimentos, embora com posturas metodológicas diferentes, têm em comum a oposição ao positivismo. Procuram fazer uma crítica aberta à ciência lógica, que distancia o sujeito do objeto de conhecimento.

No campo da geografia humanista, o conceito de lugar servirá como base para a própria existência humana através de uma experiência profunda e imediata do mundo ocupado com significado. Tal conceito ganhará grande notoriedade já no início dos anos de 1970, destacando-se neste momento nomes como F. Luckermann, Yi-fu Tuan e Anna Buttimer. De modo geral, as concepções trazidas

por esses autores apontavam para um dado: o das semelhanças entre o que os fenomenológicos chamam de “mundo” e o que os geógrafos humanistas denominam de “lugar” (Holzer, 1999, p. 69). Anna Buttimer (1982), com a publicação do celebre artigo *Aprendendo o dinamismo do mundo vivido*, sugere uma “atitude fenomenológica” que inclua as noções de intencionalidade e mundo vivido, típicas da fenomenologia e do existencialismo, para serem utilizadas pela geografia. O mundo vivido é tratado por Buttimer como uma peça-chave na relação entre a Geografia e a fenomenologia. Nesta perspectiva, ela ressalta que cada pessoa tem seu lugar natural, o ponto inicial do seu sistema de referência. Assim, cada pessoa encontra-se envolvida por camadas concêntricas de espaço vivido, da sala para o lar, para a rua, para a vizinhança, cidade, região e para a nação (Buttimer, 1982, p.178). De acordo com a autora, o habitar implica muito mais do que o simples ato de morar ou organizar o espaço, significa viver de um modo pelo qual se está adaptado aos ritmos da natureza.

Edward Relph, outro importante autor da corrente humanista, acrescenta que o lugar é principalmente um produto da experiência humana, não pode ser pensado somente no sentido de localização. O lugar não se refere a objetos e atributos das localizações, mas a tipos de experiência e envolvimento com o mundo, a necessidade de raízes e segurança (Relph, 1979, p. 16/17).

transformação do espaço em lugar sempre provém de uma intencionalidade humana (Relph, 1976, p.42) isto é, as pessoas se voltam para os lugares de com propósitos pré-definidos. Um simples abrigo de ônibus se converte em lugar, mesmo que por um instante, uma vez que este simples tenha sido revestido de significado na estrutura do espaço. Sendo assim, um local pode ser espaço ou lugar em questões de horas (Mello, 1997, p. 95). Contudo, vale ressaltar que embora ambos, espaço e lugar, se apresentem como distintos, um sempre completará o outro.

No Brasil, alguns expoentes da corrente humanística desenvolveram trabalhos de grande relevância. João Batista Ferreira Mello, um destes expoentes, faz menção aos lugares míticos e concebidos. Os lugares míticos são aqueles espaços que embora nunca tenham sido experienciados concretamente trazem uma visão do paraíso, alimentando nosso desejo para manter com eles contato direto. Também não vivenciados, os lugares concebidos são aqueles construídos a partir da experiência de outrem, são “lugares que não conhecemos pessoalmente, porém

que tomamos conhecimento a partir da descrição afetiva de outras pessoas através dos veículos de comunicação” (Silva, 2005, p.4).

Percebe-se, deste modo, a importância que o conceito de lugar tem na corrente humanística como locus da experiência vivida, caracterizado não só pelo seu caráter objetivo, mas, sobretudo pela subjetividade que carrega, estruturado e estabilizado emocionalmente por diversos significados de pertencimento, familiaridade e identidade.

Na chamada Geografia Crítica ou Radical, o lugar deixa de ser visto apenas como o espaço vivido e passa a ser qualificado como uma construção sócio-histórica que cumpre determinadas funções. Os lugares são condição de suporte de relações globais, sem os lugares tais relações (sejam elas materiais ou imateriais) não aconteceriam, desta maneira, o lugar se define como funcionalização do mundo, e é por ele (lugar) que o mundo é percebido empiricamente (Santos, 2006). Sob a influência do fenômeno da globalização, os autores buscam inserir na análise sobre o lugar uma leitura que tem como base as relações que se estabelecem entre o local e o global.

Referindo-se a essa relação local-global, Santos (2006, p.338-339) observa que a ordem global busca impor, a todos os lugares, uma única racionalidade, mas os lugares respondem ao Mundo segundo os diversos modos de sua própria racionalidade. Enquanto a ordem global funda as escalas superiores ou externas, a ordem local funda a escala do cotidiano, tendo como parâmetros a co-presença, a vizinhança, a intimidade, a emoção e a socialização com base na contiguidade. Ainda segundo o autor, “cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente” (SANTOS, 2006, p. 339). Assim cada lugar constitui uma experiência corpórea e uma existência que se relaciona com o mundo globalizado. Segundo Arroyo (1996), o pensamento de Milton Santos, recebeu influências não apenas de autores tanto com viés materialista histórico como daqueles ligados à perspectiva fenomenológica e estruturalista, uma vez que o conceito de mundo vivido aparece em sua obra referindo-se ao lugar como o espaço banal, em que a relação espaço-tempo aparece vinculada ao cotidiano.

Massey (2012) busca um novo sentido sobre a categoria lugar. A partir da crítica que faz ao que chama de “visão romântica” do conceito, a autora chama atenção para o fato de que “um lugar não é uma coisa fechada, com uma identidade essencial, é uma articulação específica de relações globais, e é essa articulação de

relações mais amplas que apresenta a sua particularidade”. Além disso, enfatiza que a especificidade do lugar é algo que está sempre em constante disputa de forças, podendo servir como base de resistência contra as injustiças geradas pelo capitalismo.

Partindo de Milton Santos, para quem o lugar poderia ser definido a partir da densidade técnica, densidade informacional, densidade comunicacional e normativa. Carlos (1996) busca acrescentar a dimensão do tempo em cada lugar, além da dimensão da história “que entra e se realiza na prática cotidiana, instala-se no plano do vivido e que produziria o conhecido-reconhecido, isto é, é no lugar que se desenvolve a vida em todas as dimensões” (Carlos, 1996, p. 20).

Segundo o autor, nossa existência tem uma corporeidade e é por meio do corpo que agimos. Ele nos dá acesso ao mundo, sendo o nó vital para se apropriar do espaço. Desta maneira, portanto, uma cidade grande está longe de constituir-se como lugar, pois as relações de proximidade são tênues.

O lugar permite pensar o viver, o habitar, o lazer, o trabalho, é um ponto de encontro no bairro, é a conversa entre vizinhos na frente de casa, o ir as compras, o caminhar, são as situações vividas que vão se revelando no cotidiano. Consequentemente, “o lugar só pode ser compreendido em suas referências, que não são específicas de uma função ou de uma forma, mas produzidos por um conjunto de sentidos, impressos pelo uso” (Carlos, 1996, p. 22).

O lugar não deve ser concebido como autônomo, mas como parte que integra uma totalidade espacial, gerenciada por uma divisão espacial do trabalho. Ao propor um debate sobre o lugar na “era das redes”, o autor demonstra que a análise do lugar revela-se na simultaneidade e multiplicidade de espaço sociais como

produto das relações humanas, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora, produzindo a identidade, posto que é aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida (Carlos, 1996, p.29).

Além da categoria em questão, traremos à tona discussões pertinentes sobre a concepção de bairro, estabelecendo um elo com o lugar dentro da vertente humanista. Tal vertente aproxima a concepção de bairro à noção de lugar, passando a compreendê-lo como uma porção do espaço recortado afetivamente por seus

usuários em profundas e duradouras relações interpessoais de parentesco, vizinhança e compadrio. É ainda entendido como o lócus da experiência humana a partir da qual se torna possível compartilhar inúmeros sentidos e significados no local onde se habita.

Sendo assim, passados cerca de trinta anos de ocupação que originou a Roda de Fogo, algumas questões emergem a luz desse período. A partir de um processo de luta por moradia, de que maneira as relações cotidianas estabelecidas entre os moradores Roda de Fogo, nesse percurso, contribuíram para a construção do sentido de bairro/lugar? Quais são suas memórias de luta? Quem são os protagonistas dessa luta? Quais as práticas sociais prevalecem no cotidiano e evocam o sentido de bairro e lugar que pretendemos desenvolver? Como percebem o bairro e, nesse movimento, se percebem como sujeitos?

Para buscar estas respostas, traçamos alguns objetivos. De modo geral, o que pretendemos com este trabalho é entender a construção do sentido de bairro/lugar na Roda de Fogo à luz de um processo de luta por moradia em 1987 a partir das relações cotidianas e da memória dos seus moradores. Para tanto, buscar-se-á primeiro resgatar o processo de luta por moradia que deu origem ao bairro de Roda de Fogo, em 1987, e seu desfecho atualmente. Em seguida procuramos desvendar os diferentes elementos que simbolizam e demarcam a alma da Roda de Fogo, considerando suas construções mais simbólicas e os modos de vida existentes, ambos denotadores das especificidades do lugar. Por fim, procuramos demonstrar como o sentimento de bairro/lugar vai sendo construído nos sujeitos a partir das práticas cotidianas.

Quanto aos procedimentos metodológicos para o desenvolvimento da pesquisa, coletamos informações acerca da formação histórica do bairro de Roda de Fogo, do contexto sociopolítico e econômico no qual o bairro estava inserido, a partir de moradores e de bibliografia oficial (reportagens diversas, editoriais, discursos, enunciados de políticas do governo, etc). Ao longo dos dois anos de pesquisa, participamos de algumas reuniões com moradores do bairro e realizamos diversas atividades de campo com o intento de observar as formas espaciais e os espaços de convívio dos moradores, para identificar os espaços mais simbólicos, denotadores do sentimento de lugar. Em muitos desses campos pudemos capturar relatos dos moradores, desde os mais antigos até os mais jovens, por meio de entrevistas concedidas de modo casual.

## 2 MOVIMENTO SOCIAIS URBANOS: A QUESTÃO DA HABITAÇÃO E DOS ATIVISMOS DE BAIRRO NO CONTEXTO DA REDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA NOS ANOS 80

### 2.1 O cenário histórico dos movimentos sociais na segunda metade do século XX

Ao abordar questões referentes aos movimentos sociais, sob qualquer aspecto, se faz necessário munir-se de alguns cuidados. Pois se trata de um tema muito valorado para as chamadas Ciências Humanas. As Ciências Humanas, dentro de seus diversos campos, têm nos movimentos sociais a oportunidade de observar sujeitos históricos em ação, e por meio deles avaliar a realização de experiências acerca das condições e condicionantes da vida social, os limites e possibilidades de atuação de seres humanos sobre si mesmos e sobre a sociedade em que vivem.

De forma radical, eles exercem a liberdade deixando à mostra a maneira como tomam pra si o parâmetro da igualdade no entendimento de um contexto determinado, e por meio do cálculo racional encontram nas referências simbólicas da cultura os elementos de legitimação necessários para pretender o *status quo*, com ou sem a ajuda do Estado. Devido a isto, os movimentos sociais podem ser vistos por uma “dimensão *sócio-espaço-temporal*” (Poker; Arbarotti, 2015, p. 18), isto é, quando as pessoas inseridas num contexto determinado, suspendem a dimensão da vida cotidiana para construir outro cotidiano, conforme suas demandas, projetos e modos de vida que não são satisfeitos na situação anterior.

Dito isto, iniciaremos nossa discussão projetando nossa atenção para o cuidado necessário sobre as definições que cercam os movimentos sociais. Atualmente o que chamamos de movimentos sociais se apresenta sob três possibilidades de manifestações, a saber: *movimentos sociais*, *novos movimentos sociais* e *novíssimos movimentos sociais*. Grosso modo, os primeiros referem-se a um movimento provocado por fatores econômicos, cujas demandas são direcionadas ao Estado, a quem cabe respondê-las na forma de ações ou políticas públicas. Nesta perspectiva,

os *movimentos sociais* seriam aqueles em que a mobilização de sujeitos ocorre mediante as referências da *luta de classes* e da *consciência de classe*, ou seja, tanto a demanda, quanto os sujeitos são constituídos por causa de fatores relacionados à conquista ou manutenção de benefícios e direitos referentes à dimensão econômica da vida. O melhor exemplo para este tipo de movimento continua sendo o *movimento sindical* (Poker; Arbarotti, 2015, p. 19)

Deste modo, esses movimentos se faziam por meio de uma identidade de classe social, consistindo basicamente como movimentos operários-sindicais, vinculados ao mundo da produção e do trabalho, isto é, tem sua base na relação contraditória entre capital e trabalho. Diferentemente desses movimentos sociais “tradicionais”, os denominados *novos movimentos sociais* vão além do conflito de classe, envolvendo questões culturais das mais diversas. Também se diferenciam pela maneira como os sujeitos se identificam e se reconhecem mediante referências simbólicas, tradicionais ou não, que sinalizam visões de mundo e modos de vida concebidos como ideais por determinados grupos. Em razão disso, as demandas e as estratégias desses movimentos são mais extensas e complexas que as dos movimentos tradicionais.

A demanda pode conter elementos de base econômica, contudo a finalidade não é a de conquistar benefícios econômicos puramente. Os benefícios econômicos, quando demandados, seriam úteis para viabilizar projetos de vida criados em torno de referências vinculadas às concepções de dignidade ou de vida boa dos sujeitos envolvidos. Como exemplos destes novos movimentos sociais temos os movimentos de luta pela terra, por moradia, por direitos de minorias sociais, pelo exercício da sexualidade, dentre outros (Poker; Arbarotti, 2015). É nesta perspectiva, também, que se encaixam os movimentos sociais urbanos de que destacaremos mais à adiante.

Por último, temos os *novíssimos movimentos sociais*. O que os caracteriza como *novíssimos* é o fato de suas demandas serem dirigidas às organizações que compõem o chamado “sistema internacional” (Poker; Arbarotti, 2015, p. 19). De acordo com Maria da Glória GOHN (2011, p.338), no início do século XXI, “ampliaram-se os movimentos que ultrapassam as fronteiras da nação; são transnacionais, como o movimento alter ou antiglobalização, [...] que atuam através de diversas redes conectadas por meios tecnológicos da sociedade da informação”. Esses movimentos são diferentes também na maneira como pautam os problemas da atualidade e na forma de organização, se valendo dos meios de comunicação e informação modernos. Além disso, são mais autônomos, possuem pautas múltiplas e desconfiam da mídia tradicional, como afirma Castells

Os movimentos ignoram os partidos políticos, desconfiam da mídia, não reconhecem nenhuma liderança e rejeitam toda organização formal,

sustentando-se na internet e em assembleias locais para o debate coletivo e tomada de decisões (Castells, 2013, p.09).

A internet, portanto, passa a ser uma ferramenta fundamental no processo de construção destes movimentos pela possibilidade de estabelecer formas de comunicação instantâneas produzidas por meio de redes de sociais. Ainda segundo Castells (2013, p. 167), estas “redes sócias baseadas na internet e nas plataformas sem fio são ferramentas decisivas para mobilizar, organizar, deliberar, coordenar e decidir”. Mais que isso, essa ferramenta tornou-se um mecanismo poderoso de denúncia e mobilização, face ao seu caráter instantâneo de difundir informações e de se comunicar.

Outro ponto que demanda atenção diz respeito à abordagem conceitual dos movimentos sociais. Na literatura existente, que trata do estudo dos conceitos sobre movimentos sociais, não existe uma clara unanimidade. São vários os pesquisadores que estudam esse fenômeno social, das mais diferentes posições teóricas e ideológicas. Diante das diferentes posições teóricas ideológicas existentes entre os pesquisadores dos movimentos sociais, parece haver ponto de concordância que é inquestionável: o fato de que os movimentos sociais surgirem na história da humanidade na medida em que as desigualdades entre os seres humanos ganhavam força.

Os movimentos sociais têm sua origem ligada ao aparecimento das desigualdades entre os seres humanos ao longo de sua história. Desigualdades essas que se expressam nas diferentes dimensões, sejam materiais, simbólicas ou nas formas de como se manifestam as relações de poder. Portanto, existem desde muito tempo e resultam de processos históricos decorrentes de lutas sociais que, de acordo com Gohn (2002, p. 320), “[...] são partes constitutivas das sociedades humanas desde os primórdios da humanidade”. A autora nos elucida para o fato de que “[...] enquanto a humanidade não resolver seus problemas básicos de desigualdades sociais, opressão e exclusão, haverá lutas, haverá movimentos sociais” (Gohn, 2002, p. 20).

Este mesmo raciocínio é defendido por Mutzenberg (1999)

Movimentos e mobilizações de grupos sociais são encontrados em diferentes épocas, lugares, situações e em distintas sociedades, com maior ou menor significação. Como exemplos podemos nos referir às revoltas de escravos, aos movimentos de mulheres da Idade Média, às guerras

camponesas do século XVI, aos conflitos étnicos, aos movimentos religiosos como o franciscanismo, o protestantismo do século XVI [...] (Mutzenberg, 1999, p. 139)

Tais movimentos e mobilizações se expressam por meio de um “conjunto de práticas sociais nas quais os conflitos, as contradições e os antagonismos existentes na sociedade constituem o móvel básico de ações desenvolvidas” (Gohn, 1985, p.46). Eles denotam ao mesmo tempo a “consciência possível da classe que representa”. Caminhando nesta direção, Ammann (1991, p.17) revela que “todo Movimento Social carrega consigo o germe da insatisfação, do projeto contra as relações sociais que redundam em situações indesejáveis para um grupo ou para a sociedade, sejam elas presentes ou futuras”.

Surgido no século XIX, o termo passa a ser utilizado para designar o movimento que envolvia a classe trabalhadora, conforme aponta Silva (2001)

O termo movimento social foi criado por Lorenz Von Stein, no século XIX, por volta de 1840, na Alemanha, ao evidenciar a necessidade de um ramo da ciência social que se voltasse para o estudo dos movimentos sociais da época, como o movimento operário e o socialismo, emergente (Silva, 2001, p.15).

Como se pode ver, a origem da terminologia dos movimentos sociais tem sua base na relação contraditória entre capital e trabalho. À vista disso, as abordagens prevalentes a respeito dos movimentos sociais, utilizadas no século XIX até a primeira metade do século XX, associavam o conceito de movimentos sociais com a luta de classes, que conseguinte, nesse período, são fruto do movimento operário. Tal conceito será ampliado ao longo desse período em função dos novos elementos que caracterizaram os movimentos sociais, sobretudo a partir dos anos de 1950 (Silva, 2001).

Quanto ao trabalho de conceituação dos movimentos sociais, começemos por citar algumas definições trazidas por pesquisadores que possuem uma vasta literatura sobre o tema. Como ponto de partida, tomamos emprestados elementos da análise realizada por Maria da Glória Gohn, na qual define os movimentos sociais como

[...] ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam de simples denuncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até indiretas (Gohn, 2011, p. 335).

Definição semelhante é elaborada por Melucci (1989), que considera os movimentos sociais como uma forma de “ação coletiva (a) baseada na solidariedade, (b) desenvolvendo um conflito, (c) rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação” (Melucci, 1989, p. 53). Nesta mesma perspectiva, a formulação de movimentos sociais trazida por Safira Bezerra Ammann (1991, p. 22) afirma que o “Movimento Social é uma ação coletiva de caráter contestador [...], objetivando a transformação ou a preservação da ordem estabelecida na sociedade”.

Percebe-se, portanto, a partir das definições apresentadas acima, que a ação coletiva é uma característica basilar e inquestionável para a gênese de um movimento social. É através da ação coletiva e organizada de grupos diversos buscam consolidar suas demandas. Além disso, essas ações, quando materializadas por meio de atividades como manifestações, passeatas nas ruas ou quaisquer outras podem projetar em seus participantes sentimentos de pertencimento social, de modo que “[...] aqueles que eram excluídos passam a se sentir incluídos em algum tipo de ação de um grupo ativo” (Gohn, 2011, p. 336). Maria da Glória Gohn acrescenta ainda que “[...] o movimento social também expressa à consciência possível da classe que representa” (Gohn, 1985, p. 46).

Outro ponto que destacamos aqui diz respeito ao caráter contestador anunciado por Amman (1991). Estamos de acordo quando afirma que “todo Movimento Social carrega o germe da insatisfação, do protesto contra relações sociais que redundam em situações indesejáveis para um grupo ou para a sociedade, sejam elas presentes ou futuras.” (Ammann, 1991, p. 17). É, portanto, esse caráter contestador que impulsiona milhares de pessoas em diversas partes do mundo, dentro de seus respectivos contextos históricos, políticas e sociais, a se mobilizarem para expressar sua insatisfação e buscarem melhorias para suas vidas.

Ao longo do século XX, o “germe da insatisfação” produziu diferentes formas de atuação dos movimentos sociais com diferentes objetivos. O mundo ocidental, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, destacou-se como cenário de mudanças sociais profundas e aceleradas. Esse período será marcado pela consolidação da hegemonia econômica mundial estadunidense e pelo reordenamento da geopolítica internacional pautada na bipolaridade da Guerra Fria. O período de “paz” e “prosperidade” que despontava seria o contexto no qual emergiriam novos grupos de atores sociais e novas tendências políticas e culturais que produziriam também novas formas de compreender o mundo (Adelman, 2016).

Em grande parte do mundo o rápido crescimento urbano e industrial, principalmente nos países subdesenvolvidos, levava um elevado contingente populacional a se concentrarem cada vez mais nas cidades, onde o acesso a escolarização, a informação e aos meios de comunicação era cada vez maior. No chamado Terceiro Mundo, havia uma nova onda de resistência à histórica dominação colonial, que se relacionava não apenas com antigas relações de poder mas com o crescimento de novas expectativas de uma vida melhor. Passada a fase de desestabilização social produzida pela guerra, às novas contradições que caracterizavam o mundo de “paz” vieram à tona: perante a prosperidade, persistia a relações de desigualdade e injustiça. A década de 1960 certamente foi um período marcante no que tange aos movimentos sociais pelo mundo. Novas formas de organização da vida cotidiana e de sociabilidade surgiram. De acordo com a socióloga Miriam Adelman, a década de 1960

foi uma época que inaugurou novas trocas e novos diálogos culturais e sociais. A participação de “novos atores” e a abertura de novas formas de ver e pensar permitiram, entre outras coisas, que as relações de poder na sociedade fossem captadas – e depois, teoricamente formuladas – de forma mais ampla que em outros momentos, em toda sua complexidade e interconexão (Adelman, 2016, p. 28)

Em um número elevado de países e regiões do mundo, a década de 1960 se caracterizou pela elaboração de novas formas de expressão política e de *novos movimentos sociais*. Os protagonistas desses movimentos eram diversos, mas tinham um traço comum: eram provenientes de grupos sociais diferentes dos que povoavam os movimentos operário, socialista ou comunista da “Velha Esquerda”, eles tinham também interesses e reivindicações muito diferentes de movimentos revolucionários anteriores, que centravam suas preocupações na relação contraditória entre capital e trabalho, como já mencionamos. O proletariado não era mais visto como o *sujeito* por excelência da revolução, de modo que outros grupos – jovens universitários, grupos marginalizados, a “nova classe trabalhadora” etc. – passaram a ser vistos como os que dariam a tônica e a liderança aos novos movimentos sociais (Adelman, 2016).

Estes “novos” movimentos têm objetivos particulares, não podendo ser reduzidos as relações de classe como adverte Safira Bezerra Ammann (1991, p. 20). Seus adeptos possuíam uma visão de transformação social total, bem diferente

daquela centrada na tomada de poder por parte do Estado ou na apropriação dos meios de produção pelo proletariado industrial.

Vale aqui salientar que as origens dos movimentos em cada país envolviam histórias e interesses específicos. Entretanto, ao longo da década, esses movimentos de origens e tradições diversas foram se tornando muito parecidos nas suas metas e no seu sonho de um outro tipo de sociedade.

Nos Estados Unidos, já nos anos 50, os poetas, escritores e boêmios do movimento beat promoviam uma crítica social que inspiraria as próximas gerações. Atacavam diretamente o conformismo da época, satirizando os as noções de moral e obediência de bom cidadão estadunidense. Ao ridicularizar a sociedade convencional da década de 50, os beats mostravam que era possível questioná-la ou rejeitá-la. Dentro dos EUA, havia outros grupos que começaram nessa década a demonstrar sinais de descontentamento ou inconformismo com o status quo. Nas cidades, muitos jovens não se identificavam com o modelo de vida que suas famílias, escolas e comunidades tentavam transmitir para eles. Era um período marcado por grandes trocas culturais que se espalhavam pelo mundo inteiro e que contribuíram fundamentalmente para a construção de uma “cultura jovem” que irá caracterizar a década seguinte.

Não por acaso, o primeiro movimento social do pós-guerra será o movimento pelos direitos civis dos negros, nos anos 50. O movimento mobilizou grandes massas de cidadãos negros do sul, desde trabalhadores manuais e empregadas domésticas até integrantes da classe média negra. Já no final da década, iniciou um momento de engajamento de pessoas de outras partes dos EUA e, particularmente, de jovens ativistas e universitários brancos do norte, dispostos a se unir aos ativistas negros.

Nesta mesma década, logo após a publicação do livro *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, começaram também a pipocar nos EUA novos comentários sobre a condição das mulheres. Fazia mais de trinta anos que o movimento feminista de outro momento histórico tinha em grande parte desaparecido dos espaços públicos, após a conquista de sua reivindicação mais emblemática – o voto feminino. A guerra do Vietnã também não demorou a se tornar o grande tema e catalizador da emergente onda de rebeldia estudantil, questionava-se o caráter imperialista da guerra em terras distantes, além dos elevados custos que ela produzia em termos de materiais, financeiros e de vidas humanas. Também fora dos

EUA, a guerra do Vietnã foi política e simbolicamente importante como eixo de protesto para os jovens de outras partes do mundo.

Na Alemanha, assim como acontecia de certa forma na Itália e no Japão, o distanciamento dos jovens de gerações anteriores se dava muito em função da história recente do nazismo e do fascismo. A guerra de libertação nacional da Argélia (1954-1962) contra o colonialismo francês tinha o apoio de muitos jovens franceses, os quais tampouco se conformavam com a cumplicidade de muitos compatriotas seus com o fascismo alemão num passado ainda recente (Adelman, 2016). De fato, desde a década de 50, os movimentos anticolonialistas e de libertação nacional em várias partes do terceiro mundo passaram a ganhar o apoio dos jovens dos países colonizadores ou do primeiro mundo.

Iniciada a década de 1960, uma série de eventos fez florescer novas utopias. Não demorou muito e o termo *contracultura* começou a ganhar visibilidade entre um número crescente de pessoas – estudantes, minorias sociais marginalizadas e intelectuais da chamada Nova Esquerda. O movimento que se origina principalmente nos Estados Unidos rapidamente se reflete para outras partes do mundo, em graus diversos. Havia na contracultura um forte elemento de crítica a muitos aspectos da sociedade ocidental moderna. A contracultura incorporou uma série de novas formas de expressão na música, na dança, na moda, na linguagem – mas não se limitou aos desdobramentos espontâneos destes fenômenos, cultivando ainda a visão de que era preciso romper com as regras e códigos morais “falsos” que regiam o cotidiano de uma sociedade opressiva e autoritária.

A contracultura propunha uma verdadeira “revolução” no cotidiano, que colocava o prazer e a imaginação no lugar da ordem e do progresso do positivismo e da moral e da obediência da ética protestante. Do consumo de drogas ao movimento de “voltar à mãe terra/natureza” e ao estabelecimento de novas formas de vida comunal e familiar, visava-se, é importante frisar, formas mais abertas, pacíficas e “des-hierarquizadas” de viver (Adelman, 2016. p. 45).

Vinculado a esse universo, surge movimento *hippie*, seus ideais logo se espalham pelo mundo e atinge vários países. De acordo com Carmo, nos Estados Unidos, “[...] o movimento hippie, como porta-voz de uma geração, recusava a sociedade de consumo, a valorização do sucesso material, propunha a liberação sexual e, como pacifista, fugia à convocação para a Guerra do Vietnã” (Carmo, 2010, p.53). Com forte inspiração na geração Beat da década anterior, o movimento

hippie foi a essência da luta contra a tecnocracia. Os jovens questionavam o consumismo, a corrida armamentista, as guerras – em especial a do Vietnã –, a educação e a moral sexual. Carmo afirma ainda que “[...] três grandes movimentos marcavam a rebelião: a retirada da cidade para o campo, da família para a vida em comunidade e do racionalismo científico para os mistérios e descobertas do misticismo oriental e do psicodelismo das drogas” (Carmo, 2010, p.54). Com os lemas de *paz e amor*, e *sexo, drogas e rock and roll*, pregavam a livre expressão da sexualidade, e tinham as artes, especialmente a música como porta voz do movimento. Conforme aponta Carmo (2010, p. 51), “[...] cabelos longos, roupas coloridas, misticismo oriental, muita música e drogas [...]” era o perfil dos adeptos do movimento.

Os anos finais da década de 1960 foram bastante movimentados, sobretudo o ano de 1968, uma vez que muitos movimentos ocorriam ao mesmo tempo pelo mundo, mesmo aqueles que não tinham relação direta com a contracultura: na Tchecoslováquia a Primavera de Praga promovia uma tentativa de liberação política contra a dominação soviética; na Espanha, Itália e Alemanha universidades foram ocupadas por estudantes; na França um movimento revolucionário que começou com uma greve geral dos trabalhadores, ganhando importante adesão dos estudantes agitando o país no movimento que ficou conhecido como “Maio de 68”; no México 48 estudantes foram mortos num ataque do exército em uma manifestação. E no Brasil o Ato Institucional Número 5 (AI-5) fechou o Congresso Nacional, restringindo direitos constitucionais e instaurando uma severa censura. Aliás, é esta conjuntura de contestação que dará origem em nosso país ao movimento Tropicalista, ou simplesmente “Tropicália”. O movimento se caracterizava por uma série de ações artísticas, principalmente no campo musical, com objetivos comportamentais que encontravam eco em grande parte da sociedade, constituindo um diálogo com questões que refletiam sobre a condição política ditatorial do país no final dos anos 60. Caetano Veloso, Gilberto Gil, Tom Zé, Os Mutantes foram alguns artistas representantes deste movimento.

Diante desse contexto, houve um processo de politização do gênero e da sexualidade, com um impulso tomado da Nova Esquerda e da contracultura, mas que geraram movimentos autônomos e independentes. A rebelião de Stonewall<sup>1</sup>, em

---

<sup>1</sup>A **Rebelião de Stonewall** foi uma série de manifestações violentas e espontâneas de membros da comunidade LGBT contra uma invasão da polícia de Nova York que aconteceu nas primeiras horas

1969, em Nova York é frequentemente sinalizada como o evento que levou ao movimento moderno de liberação homossexual e à luta pelos direitos LGBT. Inaugurava-se também uma nova época de preocupações com a natureza e o meio ambiente, da qual emergiria nos anos 70 um movimento ecologista forte e internacional.

Na década de 1970, nos Estados Unidos e principalmente na Inglaterra, teve início o movimento *punk*, que tinha como bandeira originariamente a oposição estética, comportamental e política, de postura agressiva e vínculo explícito com tendências anarquistas. No Brasil, parte dos reflexos do movimento punk se mostrará nos movimentos pela redemocratização nos anos de 1980.

No âmbito da América Latina, no curso dos anos 70 e 80, a contestação desenvolvia-se quase sempre frente a regimes autoritários e repressivos, em um quadro de crescente desigualdade social e crises econômicas de grande amplitude<sup>2</sup>. Por aqui, frequentemente se tem preferido a expressão “movimentos populares” em vez de “novos movimentos sociais” para se referir as mobilizações conduzidas principalmente por cidadão pobres, às vezes camponeses, cujas reivindicações extremamente heterogêneas se organizaram em torno da questão das condições de vida, do acesso aos serviços públicos e dos direitos sociais (Goirand, 2009).

A emergência de diversas mobilizações na América Latina esteve ligada ao incipiente processo de abertura política a partir do fim da década de 1970 que possibilitou a expressão de suas demandas. Nos países do Cone Sul, para citar alguns exemplos, tivemos a abertura política brasileira, que se inicia com o processo de anistia dos exilados e a reintrodução do pluripartidarismo em 1979 e, em 1982, a introdução da eleição direta para governadores, levando mais tarde milhões de brasileiros às ruas das principais cidades do país para exigir eleições presidenciais diretas, aos gritos de “Diretas Já”; na Argentina ocorreu a legalização dos partidos políticos em 1982, seguida de eleições gerais, em 1983; no Chile, depois de um longo período de repressão feroz de Pinochet, houve um plebiscito em 1988 que culminaria no fim da ditadura no ano seguinte; no Uruguai, as jornadas nacionais de protesto de julho a agosto de 1984 foram seguidas de uma greve geral em

---

da manhã de 28 de junho de 1969, no bar Stonewall Inn, localizado no bairro de Greenwich Village, em Manhattan, em Nova York, nos Estados Unidos.

<sup>2</sup>As crises do petróleo nos anos de 1973 e 1979 e a estagnação econômica no Brasil e grande parte dos países da América Latina nos anos 80, que ficou conhecida como “década perdida”, marcaram estas décadas.

dezembro do mesmo ano (Goirand, 2009). É neste contexto de abertura política, portanto, que diversos movimentos sociais surgiram e ganharam força lutando pela viabilidade de suas demandas.

Assim sendo, o que pudemos perceber até aqui, diante deste cenário ora exposto sobre os movimentos sociais no mundo, é que tais movimentos não ocorreram de maneira isolada e ao acaso das circunstâncias. Os diversos movimentos se conectam, mesmo diante de suas especificidades, eles se articulam se exercem influência uns sobre os outros, em maior ou menor grau. A luta pela liberdade e igualdade se espalhou pelo mundo na segunda metade do século XX, época das utopias revolucionárias, da revolução sexual, do feminismo, da música engajada, dos protestos contra a Guerra do Vietnã, da primavera de Praga, da luta pelos direitos civis nos Estados Unidos, das mobilizações na França em maio de 1968, etc. Os gritos dos movimentos que ecoava pelo mundo afora por um modelo de sociedade mais justo e igualitário se fazia ouvir por diversos setores da sociedade brasileira, sobretudo após o golpe militar de 1964, que instaurou uma ditadura que durariam 21 anos.

## 2.2 Os movimentos sociais urbanos no Brasil no contexto da redemocratização nos anos de 1970/80

Como vimos anteriormente, a eclosão de diversos movimentos sociais após a Segunda Guerra Mundial produziu uma espécie de mudança de paradigma. Tais mudanças não se deram apenas na maneira como estes movimentos passaram a se organizar a partir daquele período, mas também trouxeram diferentes formas de atuação, abarcando diferentes atores sociais e com pautas de reivindicações bastante extensas e diversas.

Em solo brasileiro, em grande medida, as transformações socioeconômicas, políticas e culturais da sociedade urbano-industrial capitalista em poucas décadas criaram condições para emergência de novas estruturas de poder, novas organizações e novos movimentos sociais e políticos (Gohn, 1982), sobretudo a partir dos anos de 1970. Nessa década, diante de um contexto social de crise bastante heterogênea, os movimentos sociais afloram em um cenário de lutas urbanas que estão se acirrando no bojo da ditadura militar. Pela primeira vez, no ano de 1970, o censo demográfico aponta que a maior parte da população brasileira vive nas cidades, registrando uma taxa de urbanização de 56,80%, comparada aos

45,52% em 1960<sup>3</sup>. Durante a década de 70, 31% da população brasileira se deslocou do seu lugar de moradia ou trabalho. As causas da explosão urbana são frequentemente atribuídas à modernização de nossa agricultura e ao fluxo migratório desordenado e intenso, que só nesse período despejou mais de 11 milhões de pessoas nas áreas metropolitanas do país (Fechio e Maricato, 1992).

O rápido e desordenado crescimento urbano produzia condições de vida precarizadas, sobretudo nas grandes cidades do país. Moisés (1985, p. 17) nos alerta que tal processo foi acompanhado do surgimento de uma série de contradições sociais e políticas específicas que surgiram na forma de distorções urbanas conhecidas, por exemplo, por cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte, Salvador e Porto Alegre, entre outras. Acrescenta ainda que houve um aumento da demanda por

“*serviços de infra-estrutura* (água, esgotos, asfaltamento de ruas, iluminação privada e pública, etc.) e por um *sistema de transportes coletivos* mais rápido e eficiente, pois a expansão da periferia tornava bem maiores as distâncias entre o local de moradia e o local de trabalho da mão-de-obra. Por outro lado, o novo desenvolvimento criou necessidades (reais ou ilusórias) infinitamente maiores para o *sistema educacional*, em todos os níveis, pois a modernização econômica impôs expectativas novas à mão-de-obra e, ao mesmo tempo, uma ânsia de valorização (qualificação e especialização) para o conjunto da força de trabalho; de outra parte, ampliou consideravelmente a demanda por *serviços de saúde* (prontos-socorros, postos de saúde, maternidades, hospitais, etc.),[...] Criou uma demanda nova por *equipamentos sociais e culturais* (creches, maternidades, parques infantis, bibliotecas, centros de recreação, locais de práticas de esportes, áreas verdes), [...] Além disso, a atomização da vida social e a diluição da vida familiar exigiu o surgimento de novos padrões de sociabilidade da mesma forma que lançou os agentes dessa ‘vida moderna’ a um tal grau de complexificação de sua existência, que seria inevitável a emergência de problemas como as chamadas ‘enfermidades mentais’, a prostituição, a criminalidade do menor, etc.” (Moisés, 1985, p. 17-18)

Não era de se estranhar, portanto, que nesse quadro de tantas carências sociais (habitação, saúde, educação...) nascessem e proliferassem os chamados movimentos populares urbanos construindo uma rede de extensa de reuniões e assembleias no cinturão pobres das grandes cidades brasileiras, identificando as “[...] causas da miséria coletiva e do abandono desses bairros para, num segundo momento, exigir do Estado, o atendimento de suas necessidades comuns, os respeito aos seus direitos coletivos e o reconhecimento da condição de cidadão” (Fechio e Maricato, 1992, p. 26).

<sup>3</sup> Ver SANTOS, M. 1993. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC. p.29.

O processo de urbanização desordenado não só alterou a vida da população pobre, com novas necessidades, como também levou a um agravamento do estado de pauperização desta. A década de 1970 trouxe à cena uma camada popular mais atuante que passa a se organizar para reivindicar maior igualdade. Um conjunto de novos problemas e de reivindicações sociais gera a formação e o desenvolvimento de uma variedade de movimentos populares de base, correntes de um processo de rearticulação dos moradores da periferia em torno de lutas por melhores condições de vida nas cidades. Este período da história foi marcado por forte repressão do regime militar, contudo assistiu-se a uma revitalização das manifestações da vontade popular, onde vários grupos começaram a reivindicar seus direitos (Cardoso, 1984).

De acordo com Ruth Cardoso (1984, p. 327), o que é apresentado como uma característica inovadora da participação popular “é sua espontaneidade e seu senso de justiça”. Estas características garantem, ao mesmo tempo, sua independência das elites e dos partidos e a integridade de suas demandas decididas entre iguais. Pelo fato de apresentarem estas qualidades, supostamente, os movimentos populares foram apresentados como instrumentos políticos novos, uma vez que questionavam o papel do Estado autoritário, obrigando a uma democratização; faziam reconhecer a presença dos oprimidos; e colocavam-se ao lado dos partidos e sindicatos, renovando-os, por terem a capacidade de intervir autonomamente na correlação de forças (Cardoso, 1984).

Tais movimentos aparecem como novidade pelo fato de terem realizado mobilizações populares de grande visibilidade, orientando suas ações pela defesa da autonomia, pela auto-organização, pela importância da organização de base e pela prática da democracia direta (Silva, 1994). Havia, por parte dos movimentos sociais, nos anos 70, um repúdio total às formas institucionalizadas de fazer política, bem como uma profunda desconfiança com relação a elas (Sader, 1988, e Silva, 1994).

Em meados da década de 1970 a crise da legitimidade do regime com o fim do período do milagre econômico, tendo como reflexo a luta pela volta do estado de direito e o início do debate em torno da questão dos direitos humanos (Jacori, 1983). O crescente processo de exclusão dos benefícios da urbanização implicou na emergência dos movimentos populares urbanos com um novo caráter pautado pela autonomia. Nesse novo contexto,

[...] o Estado desempenha papel fundamental no processo espoliativo, em decorrência da orientação excludente da política de investimentos públicos, tornando-se gradativamente o principal responsável pela precariedade da população que cada vez mais é relegada a uma situação de "moradores subalternos, sem direito ao usufruto das benesses da urbanização (Jacobi, 1983, p. 150).

Naquele contexto, os movimentos se multiplicavam, surgindo nos mais distantes bairros, com diferentes formas de organização, como resultado da capacidade de articulação dos moradores na luta pelo direito à cidadania, uma questão significativa que se coloca na prática política das classes populares. Além do mais, como expressões de luta pelos direitos mínimos de cidadania, os movimentos constituíam uma resposta à própria violência institucional do Estado, que afetava as populações na esfera do seu cotidiano.

Lidar com o Estado na qualidade de opositor é uma característica desses movimentos que se formavam. Questionam a existência do Estado, contudo, não quem destruí-lo, como fazem os anarquistas, mas afirmam suas necessidades de exigirem que ele cumpra as funções de sua competência. A população exige do Estado o reconhecimento de seus direitos. As lutas por moradia, saúde, educação, entre outras, levam o Estado a modificar sua relação com os movimentos populares, ora ampliando os bens e serviços coletivos, ora reafirmando a falta do atendimento (Ammann, 1991).

Além disso, os movimentos urbanos são profundamente marcados pela diversidade de reivindicações, de formas de organização e de estratégias de ação, uma vez que os problemas urbanos que atingem os diferentes trabalhadores em seu cotidiano são, também, bastante diversos. Entretanto, Fecho e Maricato (1992) nos atenta para o fato de que nenhum outro problema urbano gerou mais mobilizações e organização do que os movimentos por moradia. Às lutas pioneiras pela regularização dos loteamentos clandestinos, pelas melhorias coletivas nas favelas, seguiram-se, nos anos 80, movimentos em todo o país por ocupações de terras vazias<sup>4</sup>.

Os anos 80 iniciaram-se com os movimentos sociais fortalecidos. Os movimentos recém-criados a partir da conjuntura política brasileira dos anos 70, se

---

<sup>4</sup> Fecho e Maricato (1992, p. 26) destacam que "a este movimento, ora organizado, ora espontâneo, o Estado respondeu ou com repressão (em 1987 Adão da Silva foi morto pela polícia militar quando participava de acampamento dos Sem-Terra na zona leste de São Paulo, ou com passividade ou até complacência, regularizando e urbanizando [...], talvez em função de dividendos eleitorais."

articulavam de modo a reivindicarem suas demandas de forma agregada, ampliando os horizontes de ação. De acordo com Gohn (1991)

Embora houvesse um cruzamento intenso de formas organizacionais de setores das camadas médias (lutas das mulheres, dos estudante, dos ecologistas, dos negros etc.) com setores das classes populares (lutas por equipamentos coletivos, bens e serviços públicos, pela habitação e pelo acesso à terra), havia alguns denominadores comuns: a construção das identidades através das semelhanças pelas carências; o desejo de se ter acesso aos direitos mínimos e básicos dos indivíduos e grupos enquanto cidadãos; e fundamentalmente, a luta contra o *status quo* predominante: o regime militar.

No entanto, a nova conjuntura política do início da década de 1980 foi quebrando aqueles denominadores comuns. As diferenças foram emergindo, a unidade que fora construída estava se esfacelando e as divergências políticas se acentuando. Vários movimentos populares se subdividiram, outros tantos desapareceram. Por outro lado, alguns movimentos se fortaleceram, a exemplo daqueles que lutavam pela moradia. O desemprego, o aumento do preço dos aluguéis e das tarifas de transportes, o esgotamento dos espaços indisponíveis nas favelas, dentre outros problemas, levou às invasões coletivas em áreas urbanas e à constituição de movimentos de luta pela moradia. Tal luta se dava de diferentes formas: através do acesso à terra, pela regularização da área, pela urbanização da favela, pelo rebaixamento das prestações do Sistema Financeiro de Habitação etc (Gohn, 1991).

Foi no rastro desses movimentos, ligados à conquista da terra, que várias entidades foram sendo formadas, como a ANSUR, Articulação Nacional do Solo Urbano e a União dos Movimentos de Moradia, que se juntaram ao Movimento de Defesa do Favelado – MDF, ao Movimento Unificado de Favelas e FAFERJ, Federação de Associação de Favelas do Rio de Janeiro, para citar algumas como exemplo.

Criada em 1984, a ANSUR buscava articular assessorias e lideranças que lutavam pela terra urbana. A ANSUR reuniu lideranças das entidades regionais e locais que em todo país buscavam unificar os movimentos urbanos, como por exemplo: CBB-Comissão de Bairros de Belém, FAMERJ-Federação de Associações de Moradores do Rio de Janeiro, UAMPA-União das Associações de Moradores dos Municípios de Porto Alegre, dentre outras (Fechio e Maricato, 1992). Ela teve destaque também pela tramitação da emenda constitucional de iniciativa popular da

Reforma Urbana apresentada em parceria com outras entidades populares à constituinte de 1987 e em 1990 as entidades ligadas a ANSUR criaram o Movimento Nacional pela Luta da Moradia.

Já a União dos Movimentos por Moradia teve origem nos bairros da Zona Leste de São Paulo e se expandiu regionalmente e nacionalmente. Este movimento teve a iniciativa de chamar a primeira caravana rumo ao governo federal em 1988, para reivindicar recursos para financiamento à moradia. Esta caravana contou com oito ônibus: sete (07) saindo de São Paulo e um (01) saindo de Pernambuco<sup>5</sup>.

Vale destacar aqui que depois de 1986 a conjuntura política trouxe fatos novos. O Estado reelabora sua política social em torno de negociações com os movimentos organizados. Nesse novo contexto, a sociedade organizada em associações e movimentos deixou de ser algo marginal e, de acordo com Gohn (1991, p. 15), “[...] perdeu seu potencial exclusivamente contestador para ganhar um caráter legalista, ordenador e participante das novas regras estabelecidas para o convívio social”. A autora continua

Entramos numa nova era de fazer política. Uma política para as massas que passa pela manifestação e expressão destas através das organizações e movimentos. O poder legislativo se reabilita enquanto espaço de construção dos novos direitos. O judiciário passa a ser uma instância regularizadora das relações sociais, esperança entre aqueles que buscam e lutam pela diminuição das desigualdades e injustiças sociais (Gohn, 1991)

O que se percebe, portanto, com as mudanças ocorridas durante a década de 1980 é uma certa inversão no cenário dos movimentos sociais, em relação ao papel dos atores sociais que interagem com eles. Enquanto nos anos 70 e início de 80 era a sociedade civil o principal sustentáculo de apoio aos movimentos, no final dos anos 80 passa a ocorrer uma transferência de apoios para a sociedade política, que deixa de ver na figura do Estado o “inimigo”, opositor dos movimentos populares.

É esse esboço, por exemplo, que leva lideranças, militantes e políticos de oposição a alçarem cargos de poder através de eleições. Assessores de movimentos populares passaram a gerenciar secretarias e órgãos públicos. Criou-se uma confusão entre “ser movimento” e “ser governo” (Gohn, 1991, p.16), pelo fato de lideranças do movimento entrarem e acessarem postos importantes da

---

<sup>5</sup> Na ocasião, estava presentes no ônibus que partiu de Pernambuco em direção à Brasília lideranças de associações de bairro que participaram ativamente da ocupação da área que originaria a Roda de Fogo.

administração municipal, o que acabava gerando uma forte expectativa de se ter as demandas atendidas. Por outro lado, gerava também certa desconfiança e paralização do movimento. Para Maria da Glória Gohn, a informação, em certa medida, passou a ser instrumento de manipulação no processo de relação entre povo-governo.

A administração sabe das intenções do movimento, de suas estratégias de ação, pois possuem pessoas que atuam dos dois lados (os assessores-administradores). Mas os movimentos nem sempre são informados do andamento da máquina estatal, isto porque informações passadas precipitadamente podem gerar crises e desencadear reações negativas. Ou seja, o espaço de produção do movimento é apropriado pela administração. O mesmo não ocorre no sentido inverso, pois a administração não responde apenas por aqueles movimentos que a apoiam, mas tem de dar respostas ao conjunto (Gohn, 1991, p. 16-17).

Portanto, o que se nota neste momento é uma nova crise de identidade da ala ativa e progressista dos movimentos sociais populares. Eles deixam aos poucos de ser reativos para se tomarem propositivos. Passam a ocupar espaços de gestão participativa, capacitando-se para atuar para seu novo papel propositivo e negociador.

### **3 RODA DE FOGO: OS CÍRCULOS ATIVISTAS NA CONQUISTA DE UM LUGAR DE MORADIA – AS MEMÓRIAS DE LUTA DE UMA COMUNIDADE DESDE 1987**

#### 3.1 A cidade do Recife nos anos 80: dos círculos ativistas aos movimentos de bairro

O cenário brasileiro de efervescência das mobilizações populares que explodiam nos anos 80 se fazia notar na Cidade do Recife. Muito antes desse período “[...] o Recife recebia um expressivo contingente populacional vindo da zona rural, sonhado em melhorar de vida [...]” (Rezende, 2000, p.67). Para se ter uma ideia, em 1950 a população da cidade era de 524.682 habitantes, dobrando esses números na década de 1970, com 1.084.549 habitantes<sup>6</sup>. Ao analisarmos o crescimento demográfico decorrente desses fluxos percebemos o quanto foi significativo.

Esse enorme crescimento populacional, aliado a grande concentração de renda, e incapacidade de geração de emprego que incorporasse parcela da população ao sistema econômico, transformou o Recife em uma cidade carente de infraestrutura urbana, com a maior parte da sua população mantendo-se à margem do mercado formal de trabalho, em atividades informais, que passou a significar a única possibilidade de sobrevivência para a maioria desses contingentes. Muitos dessas habitantes da cidade quando não foram morar nos morros, nas margens dos rios e alagados sem acesso à maior parte dos serviços públicos básicos, se fixavam nos bairros pobres ou favelas, ou nos dizeres de Santos (2006, p. 221) “[...] zonas urbanas opacas [...]”, em oposição às zonas “luminosas” dos bairros elegantes.

A questão da moradia sempre foi um dos maiores problemas da cidade do Recife desde o período Agamenon, que criou a Liga Social Contra o Mocambo, na tentativa de erradicar o mocambo e fornecer uma moradia mais segura e confortável para o operariado, mesmo assim, a maior parte da população não foi beneficiada pelo programa. Outros projetos governamentais foram postos em prática na tentativa de diminuir o déficit de habitação.

Entre o final dos anos 70 e início dos anos 80, houve a expansão do programa habitacional promovido pela Companhia de Habitação Popular do Estado de Pernambuco COHAB. Segundo dados do jornal Habitação, de abril de 1981,

---

<sup>6</sup> Dados disponíveis em: < <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6> > Acesso em setembro de 2019.

Pernambuco atingia a marca de Estado com o maior número de casas populares construídas do Brasil com a construção de 96.835 unidades habitacionais em todo Estado. Os números foram fornecidos pelo Banco Nacional de Habitação e colocava Pernambuco à frente de cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, em termos de construção de habitações populares. Entretanto, apesar dos avanços no setor da moradia nesse período, ainda havia muito por fazer.

Aqueles moradores que conseguiam a posse dos terrenos permaneciam convivendo com a falta de infraestrutura nos bairros. Em função disso, muitas comunidades da Cidade continuavam se organizando através de associações de bairro e de moradores. Na maioria das vezes essa foi a maneira encontrada pelos moradores das comunidades para a realização das reivindicações aos órgãos públicos.

Antes do golpe militar, em 1964, diversas instituições democráticas se organizavam no Recife. Surgiram as primeiras *Associações de Bairros e Ligas de Moradores* para garantir a ocupação das margens dos rios, alagados, e morros, além de reivindicar serviços de infraestrutura e equipamentos coletivos. Também destaca-se nesse período, em Pernambuco, no campo da política a coligação conhecida como “Frente do Recife”, que tinha como destaques Pelópidas Silveira e Miguel Arraes tendo como plataforma política a questão da participação popular, através, especialmente, das Associações de Bairros (Etapas, 1989). Muitos desses canais de diálogo com a população nos bairros serão sufocados pelo novo regime implantado no país a partir de 1964, com seus mecanismos de repressão física — prisão de liderança, torturas etc.— e jurídicas — perdas de direitos trabalhistas, fim do direito de greve, da estabilidade no emprego, etc. (Cabral, 2004, p.69).

Desde o início do regime autoritário militar, até a abertura política (1964-1978), foram afastados os políticos e trabalhadores comprometidos com as mudanças e reformas sociais, entrando em cena, nesse momento, os militares trazendo consigo velhos reacionários e novos tecnocratas; implantando um modelo de desenvolvimento que: a) privilegia o capital internacional, b) amplia o endividamento do país, c) investe em grandes obras (avenidas, estradas etc.), d) moderniza a indústria, e, e) prioriza a agricultura de exportação (Etapas, 1989, p.33). De acordo com Raichelis (1988, p.41):

O novo regime que se implanta não só dispensa frontalmente as bases populares como desarticula todos os seus canais de representação e participação, reprimindo violentamente qualquer manifestação das massas que possa significar contestação à ordem estabelecida.

A partir desse momento, as organizações populares passam a serem consideradas como caso de polícia e jamais aceitas como interlocutores ou parceiros, fechando, deste modo, os canais de comunicação e participação nas decisões políticas (Etapas, 1989, p.34). Este cenário começará a apresentar mudanças mais significativas a partir do final dos anos 70, quando se inicia o processo de reabertura política.

Já na primeira metade daquela década o governo militar começa a apresentar sinais de desgaste. O chamado “milagre econômico” que outrora havia garantido altas taxas de crescimento econômico já não apresentava números significativos, ao mesmo tempo, havia uma ampliação da desigualdade social como resultado da concentração de renda. A política econômica colocava a população pobre em segundo plano, resultando no aumento do número de favelas pelo país, elevando a densidade demográfica nas áreas urbanas, aumentando a pressão sobre os equipamentos de transportes, de saúde e educação, provocando a redução do acesso à alimentação básica e, por conseguinte, elevando a subnutrição e a mortalidade infantil, dentre outros problemas. Este desgaste social associado a alto grau de repressão e inflação fora de controle vai germinando um esgotamento do regime no decorrer da década de 70.

Em 1979, Figueiredo assume como presidente e sanciona a tão esperada Lei da Anistia, reivindicada pelos movimentos populares e outras organizações. Com a Lei sancionada, ocorre o retorno de importantes lideranças política que estavam exilados no exterior, como Miguel Arraes, Leonel Brizola, Luiz Carlos Prestes, Gregório Bezerra, Francisco Julião e outros, além de libertar os presos políticos. O retorno das antigas lideranças causou comoção no país, recebidos por pequenas multidões nos aeroportos que desembarcavam, sendo tratados como heróis. Miguel Arraes (Figura 02) foi um dos mais festejados quando retornou ao Brasil em 15 de setembro de 1979 (Cavalcanti, 2017).

**Figura 2 - Em 1979, com a anistia, Arraes retorna ao Recife após 14 anos vivendo no exílio na Argélia**



Fonte: Assessoria de Comunicação/PSB Nacional com informações da TV Câmara (2019)

Além da Anistia, em 1979, também foi instituído o pluripartidarismo, de forma controlada, pois não legalizava as siglas comunistas e fazia exigências numéricas que seis legendas, apenas, conseguiram atender, assim surgiram os partidos: Partido Democrático Social (PDS, antiga Arena), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB, antigo MDB), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Popular (PP). A maior parte dos partidos políticos fazia oposição à Ditadura Militar (Cavalcanti, 2017).

De acordo com Maria Ângela de Souza (1990), é a partir do final dos anos 1970 que se assiste a um constante choque entre a ação pública e a manifestação de insatisfação dos setores populares nas grandes cidades. Neste contexto, proliferam-se as invasões de terrenos urbanos à medida que ocorre o fortalecimento dos movimentos de bairros, fundamentados nas lutas pela posse da terra e pelo acesso à infraestrutura básica. Os conflitos urbanos que convulsionam o país contribuem para que os militares tomem a iniciativa de descomprimir o quadro repressivo existente na política institucional.

O clima de reabertura política estimulou os movimentos sociais a se reorganizarem objetivando uma participação mais efetiva no processo de redemocratização. Na periferia do Recife, assim como em outras cidades do país, as associações de bairro voltaram a crescer. Algumas surgem espontaneamente, devido às reais necessidades existentes nas comunidades, enquanto outras são remanescentes do período anterior à abertura política.

No Recife, muitas associações de bairro surgiram durante a prefeitura de Gustavo Krause, que chegou ao cargo graças ao Governador Marco Maciel, que o indicou para o cargo em 1979. Durante a ditadura a cidade do Recife será administrada pelos “prefeitos biônicos”<sup>7</sup>, assim chamados pelo fato de não terem sido eleitos democraticamente, por meio de eleições diretas. Ao assumir a prefeitura, Krause elaborou dois projetos voltados para a periferia como forma de aproximação com as comunidades, eram eles: *Levante a mão e defenda seu bairro* e *Um por todos*. Fazia parte da estratégia dos governos locais se aproximarem dos movimentos de bairro, ainda durante a ditadura militar, para manterem uma espécie de controle sobre possíveis protestos, manifestações, passeatas etc. Evitavam assim que a pressão urbana (da periferia) ganhasse palco nas áreas centrais da cidade, de maior visibilidade.

São lançados também programas nos bairros com finalidade de mobilizar as comunidades para participarem na execução de ações de melhorias às mesmas. Um exemplo desses programas se deu com a formação dos Núcleos de Planejamento Comunitário (NPCs), que ficaram conhecidos popularmente como “barracões”, instalados durante a gestão de Gustavo Krause, em 1979.

Os barracões concentravam todas as atividades que a prefeitura exercia, recebiam as reivindicações e forneciam o material para as melhorias nos bairros. Assim sendo, a prefeitura também evitava que as mobilizações populares fossem para as ruas por meio de manifestações, já que essas atividades se mostravam como uma maior ameaça ao governo (Cavalcanti, 2017, p. 132).

Para Suely Maria Ribeiro Leal (2003), os barracões serviram muito mais como balcão de recolhimento de reivindicações e de contenção de conflitos. Com os

---

<sup>7</sup> O primeiro prefeito biônico do Recife foi Augusto Lucena, em 1964; seguido de Geraldo Magalhães, em 1969; voltando Augusto Lucena, em 1971; em 1975, Antônio Farias, que governa a cidade até 1978.

barracões a prefeitura podia suprimir qualquer tentativa de protestos, manifestações e passeatas. Outra função dos barracões, como já foi visto, era fornecer material para as melhorias estruturais nas comunidades, pois quem trabalhava nas obras eram os próprios moradores, de forma voluntária, ou seja, não recebiam remuneração.

A relação entre associações de bairros e as prefeituras do Recife durante a década de 1980 vivia no limite entre a parceria e a crítica. À medida que ocorria a “abertura política”, os movimentos de bairro deixam de ser vistos pelo estado como caso de polícia, passando a ser reconhecidas, muitas vezes, como interlocutoras ou até parceiras. Além disso, várias entidades são criadas nessa década.

É criada em 1980 uma Federação Estadual: a “Federação das Associações de Moradores dos Núcleos Habitacionais de COHAB e Similares” - FEMACOHAB, e a “Federação Comunitária de Pernambuco” - FECOPE, em 1983; fundam-se a “Assembleia dos Bairros”: são criadas a “Reunião dos Conselhos e Associações de Moradores do Setor Sul”, em 1980; em 1982, a “Comissão de Luta do Ibura”; a [...] entre outras (Etapas, 1989 apud Castro, 2009).

Estas entidades surgem da necessidade de conquistar e garantir condições básicas de vida e requerer espaços de participação, na discussão e decisão das políticas sociais na época. No esboço da Nova República, em 1985, as eleições municipais do Recife são vencidas pela “Frente Popular”, lideradas por Jarbas Vasconcelos que teve o apoio de setores da esquerda e de lideranças populares e setores independentes. O prefeito prometeu construir um mandato com participação popular e respeitando os movimentos sociais. Neste encaixe, em 1986, é reconduzido ao Governo do Estado, com o apoio das forças progressistas e dos movimentos populares, Miguel Arraes, que teve seu mandato cassado pelo golpe militar em 1964.

A Frente Popular do Recife, liderada por Jarbas Vasconcelos, apresentou-se durante a campanha eleitoral com um projeto de realização de um governo democrático, transparente, abrangente e popular, pautado no discurso de ampliar a democracia municipal, abrindo espaço para a participação popular. Sendo assim, durante sua gestão a prefeitura implementa o *Programa Prefeitura nos Bairros*, cuja gestão discutiu as demandas dos bairros com os representantes de entidades locais, e entre outros programas, é criado, em 1987, o Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social (PREZEIS), que, através de Lei, possibilitou a

regularização urbanística e fundiária de algumas áreas pobres da Cidade do Recife, instituídas como ZEIS.

Essa participação popular na administração municipal era algo a ser de valorizado de fato, mesmo que nem todas as reivindicações estivessem sendo atendidas, pois fortalecia a democracia e contribuía para o maior engajamento comunitário dos moradores das periferias. Durante a década de 80 os problemas eram muitos e pareciam multiplicar-se com a crise econômica persistente. A alta da inflação havia elevado os aluguéis e a população mais pobres, sem condições de pagá-los, começou a invadir terrenos e construir suas moradias improvisadas. Os anos de 1986 e 1987 são os que registram o maior número de invasões. É nesse cenário de mobilizações populares que partem de diversas localidades da cidade do Recife que nasce a ocupação que dará origem à Roda de Fogo, no ano de 1987.

### 3.2 Nasce a Roda de Fogo: Resgatando a luta por moradia em 1987 através da memória

Ao revisitar a trajetória de um determinado lugar faz-se importante elucidar quais foram os indivíduos que tiveram papel destacado no bojo deste processo, quais foram os verdadeiros protagonistas desta história de apropriação territorial. Isto torna mais caro quando se trata de uma geografia popular, marcada por uma população pobre, com indivíduos largando seus poucos recursos em busca de um sonho até então distante de ser alcançado: um pedaço de chão para chamar de seu! Desta maneira, surgiu o bairro de Roda de Fogo, Zona Oeste da cidade do Recife.

Em janeiro de 1987, por meio de uma ocupação popular dava-se início ao processo de conquista de um território na capital pernambucana. Para se compreender a importância deste momento rememora-se as reminiscências daqueles que vivenciaram a história de luta. Ao lembrar de sua trajetória na “Roda”, uma moradora afirmara: “parecia um conto de fadas...”. Com forte carga emocional, a frase reflete o sentimento não apenas de Ozana Santiago<sup>8</sup>, mas de uma coletividade que, de maneira organizada, deu início a uma das mais significativas histórias de luta por moradia no Recife.

---

<sup>8</sup> Em depoimento ao vídeo-documentário “Roda de Fogo – Cidade Encantada”, produzido por Catarina Angola (2008). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Zfll1lu4iN4>. Acesso em 22 de abril de 2017.

Iniciada a ocupação, moradores da circunvizinhança também foram participando do processo. Havia ocupantes originários do Engenho do Meio, Sítio das Palmeiras e dos Torrões e também de lugares mais distantes, como Camaragibe e Santo Amaro. À época, o terreno de 60 hectares pertencia ao Patrimônio da União (Figura 3), estando em comodato aos previdenciários, então representados pela Comissão da Casa Própria dos Servidores Previdenciários de Pernambuco - COMCAP.

**Figura 3 - Terreno ocupado em 1987 que deu origem à Roda de Fogo. Frame do documentário “Roda de Fogo: Cidade Encantada”, de Catarina Angola**



Fonte: ANGOLA (2008)

O início da ocupação estava subjacente ao contexto de redefinição sociopolítico vivenciado no Brasil no final da década de 1980, marcado pelo processo de redemocratização e por uma instabilidade econômica crônica. Os movimentos pela posse da terra e moradia, existentes desde o final de 1970 ganhavam um novo fôlego. Da luta pela habitação à luta pela própria permanência na cidade. Recrudescia os círculos ativistas sobre reforma urbana. “O término do governo do general Figueredo, a eleição (indireta) do primeiro presidente civil desde 1964 e a perspectiva de uma nova Constituição para o país serviram para unir os movimentos sociais, as organizações e as instituições que lutavam pela reforma

urbana” (Lopes de Souza & Rodrigues, 2004, p. 64). Por conseguinte, neste contexto inseria-se os movimentos de ocupação da Roda de Fogo.

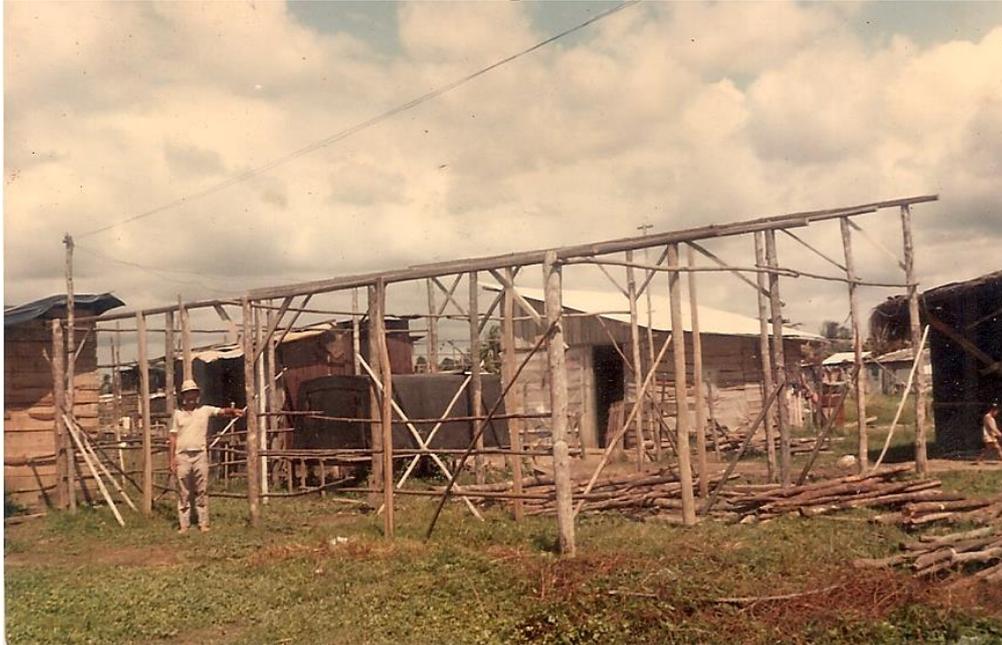
Na capital pernambucana, parcela da população pobre não contemplada pelas políticas habitacionais acabara por criar estratégias informais como forma de viabilizar o acesso à moradia. Dentre essas estratégias sobressaem-se as invasões à terrenos ociosos, com caráter explicitamente de luta organizada (Falcão Neto & Souza, 1985).<sup>9</sup>

No caso da Roda de Fogo, as pessoas envolvidas na ocupação organizaram-se por meio de uma comissão, conscientizando os parceiros de luta no tocante o acesso à terra e à moradia. Através desta prática foi possível garantir a permanência na terra, malgrado às inúmeras coações sofridas para desocupação do terreno. Nestes encontros, a comissão procurou também planejar a ocupação do espaço, com as famílias demarcando seus lotes e quadras de modo igualitária. Projetara-se a infraestrutura, com ruas e espaços de lazer, inclusive um campo de futebol. De forma consciente, as pessoas foram nomeando os logradouros, com toponímias alusivas à eventos históricos de luta e resistência, como a Batalha de Tejucupapo, Monte das Taboucas, Confederação do Equador, entre outras. Também prestaram homenagem a personalidades locais e nacionais, educadores e poetas, como Clarice Lispector e Prof. José de Almeida. Um exemplo curioso ocorreu com a escolha no nome da rua Zumbi dos Palmares, que durante um período ficou conhecida popularmente com Rua do Armazém de Seu Manoel (Figura 4).

---

<sup>9</sup> Entre 1987 e 1989, a então Companhia de Habitação Popular do Estado de Pernambuco (COHAB-PE) registrara mais de 200 invasões na Região Metropolitana do Recife, envolvendo mais de 80 mil pessoas, das quais dois terços concentraram-se somente no município-sede (Souza, 1991).

**Figura 4 - Construção do armazém de “Seu Manoel”, primeiro armazém de Roda de Fogo**



Fonte: Alexandre Costa (2017)

O Armazém de Seu Manoel foi o primeiro armazém de construção da Roda de Fogo. Nos anos iniciais da ocupação, o armazém era utilizado como referência, dando nome à rua onde estava localizado, sendo popularmente conhecida como Rua do Armazém de Seu Manoel, mantendo-se assim chamada por um bom tempo.

Posteriormente, diante das divergências entre os moradores para escolha de outro nome – Maracatu do Forte, Senador Marcos Freire, por exemplo – a rua recebeu o nome de Zumbi dos Palmares, mantendo a proposta de nomeação dos logradouros baseada em eventos e históricos de luta e resistência. Muitos moradores e moradoras imaginavam que esta seria a rua com maior dinamismo no comércio local que se projetava, em virtude, também, da rua ser eleita como aquela em que trafegariam os ônibus que viriam a instalar-se (Costa, 2010). Essa questão da escolha dos nomes é bastante curiosa no bairro. O Próprio nome do lugar revela de alguma forma uma personalidade do bairro, no passado e no presente, expressando uma efetiva apropriação do espaço por um grupo, com articulação de linguagem, política territorial e identidade (Corrêa, 2007).

A origem do nome “Roda de Fogo” é bastante curiosa e há várias versões. De acordo com alguns locais, durante o ano de 1987, momento inicial de ocupação do bairro, a Rede Globo de Televisão transmitia uma telenovela de grande apelo popular, “Roda de Fogo”, servindo de inspiração à nascente comunidade. A escolha

do nome, porém, não teria ocorrido simplesmente em razão do folhetim televisivo. Segundo outro morador, no terreno da ocupação inicial formavam-se muitos barreiros em função das chuvas, e ao redor destes existia uma espécie de “mato”, conhecido popularmente como “bimba de macaco”. Ao encostar neste “mato”, a pele irritava-se, levando a coceira. Em razão disto, os moradores “tocavam” fogo nestes tufos.<sup>10</sup>

Outra versão também se refere aos “muitos matos secos” existentes na localidade, os quais eram queimados pelos ocupantes. A queima do “mato” acabava formando imensas “rodas de fogo”, iluminando o terreno quando da falta de energia elétrica. Muitos ocupantes reuniram-se em torno das fogueiras, dialogando inclusive sobre os desdobramentos da ocupação.<sup>11</sup> Embora sejam várias as versões, ambas se influenciam, levando a crer que a toponímia do bairro tenha nascido do contexto comum então vivenciado pelos ocupantes, no tempo e no espaço.

O nome atribuído ao lugar, ou mesmo os riscos de desocupações pelos quais passaram os ocupantes da Roda de Fogo, seguido de suas resistências, constituem traços intrínsecos de uma identidade territorial entre os indivíduos de um mesmo grupo social. Neste sentido, “[...] as identidades se situam frente a um espaço simbólico, social/historicamente produzido [...]” (Haesbaert, 1999, p. 179), compreendido, neste caso, em relação ao bairro, como um espaço de expressiva magnitude, caracterizado por uma trama de relações constituída por uma série de experiências sobre as quais se assenta o conteúdo concreto da vida.

De qualquer forma, o que nos chama atenção é a maneira como os moradores foram pensando a comunidade em seus espaços, baseando-se no engajamento, na história, memória, e também numa espécie de cartografia social (Figura 5).

---

<sup>10</sup> Depoimento de Fernando Lima, morador da Roda de Fogo há 30 anos, extraído do programa televisivo “Meu bairro é o maior” exibido pela TV Matraca (TV Viva): <[https://www.youtube.com/watch?v=hVhAOJ14\\_KQ](https://www.youtube.com/watch?v=hVhAOJ14_KQ).> Acesso em 20/09/2017.

<sup>11</sup> Depoimento de Guadalupe Freitas, morador da Roda de Fogo há 30 anos, extraído do documentário *Roda de Fogo: cidade encantada*: <https://www.youtube.com/watch?v=Zfll1lu4iN4>. Acesso em 20/09/2017.

Figura 5 - Planta do Bairro de Roda de Fogo produzido por moradores em 1987



Fonte: Comunidade Recife (2017)

Durante o período da ocupação ocorreram várias ações de despejo como forma de tentar enfraquecer a luta pela permanência na terra. As primeiras passeatas organizadas pelos moradores, que ocorreram no centro do Recife, foram motivadas pelas inúmeras tentativas de reintegração de posse (Figuras 6 e 7). As passeatas eram uma forma de dar uma resposta às autoridades da época e de pressionar o governo a garantir a posse da terra. Dentre alguns casos envolvendo as passeatas rememora-se um em especial. Muitos dos moradores da “Roda”, não possuindo recursos para se transportar até o centro do Recife, acabaram invadindo ônibus estacionados no bairro vizinho, o Sítio das Palmeiras, forçando os motoristas a dirigirem até o local da manifestação.

Neste percurso entoavam cantos, sobressaindo a canção “ói nós aqui traveis”, gravada por alguns símbolos da música brasileira como o grupo “Demônios

da Garoa” e o cantor Adoniram Barbosa, em que se lê os seguintes versos: “voceis pensam que nós fumos embora / nós enganemos voceis / fingimos que fumos e vortemos / ói nós aqui traveis”. O cancionero popular revelara o engajamento e resistência da “Roda” na luta e posse da terra.

**Figura 6 - Manifestação dos moradores da Roda de Fogo na Rua Princesa Isabel, bairro da Boa Vista, centro do Recife, em 1989. Frame do documentário “Roda de Fogo: Cidade Encantada”, de Catarina Angola (2008)**



Fonte: ANGOLA (2008)

As pressões exercidas pelo Estado através de seus aparelhos de poder junto a COMCAP acabaram por engendrar uma resistência, uma força contrária. Os moradores intensificaram as lutas para garantir a permanência na terra invadida, recebendo apoio do então Governador de Pernambuco, Miguel Arraes. Embora contasse com a colaboração de figuras políticas, vale ressaltar que nas reuniões promovidas para se discutir a ocupação, também se procurava uniformizar os discursos, evitando “méritos individuais” em detrimento à conquista coletiva.<sup>12</sup> A Roda de Fogo era, portanto, uma conquista da coletividade, uma conquistar popular dentro de uma geografia afastada dos bairros mais centrais do Recife.

---

<sup>12</sup> Sobre a história de luta do bairro, vide o vídeo-documentário “Roda de Fogo – Cidade Encantada”, produzido por Catarina Angola (2008). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Zfl11u4iN4>. Acesso em 22 de abril de 2017.

**Figura 7 - Passeata dos moradores de Roda de Fogo na Avenida Conde da Boa Vista, no centro do Recife, em 1989. Frame do documentário “Roda de Fogo: Cidade Encantada”, de Catarina Angola (2008)**



Fonte: Angola (2008)

Após os primeiros anos de luta, em 1992, o Governo de Pernambuco garantiu o título de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) para os moradores da “Roda”, mas com validade fixada em apenas cinco anos. Não satisfeitos com tal resolução, os ocupantes entraram com recursos na justiça contra o Estado. Com efeito, em 1994, concederam aos mesmos moradores um novo título, com permissão de utilização das terras por até 50 anos.

Pouco tempo antes disso, em 1990, se inicia o projeto de urbanização da Roda de Fogo. Tal projeto foi resultado de muita persistência por parte dos moradores e moradoras. As obras eram supervisionadas pela extinta Companhia de Habitação Popular do Estado de Pernambuco – Cohab que contratou três empresas para executar os trabalhos de infraestrutura dos lotes: Odebrecht, Ancar e Terrana. No meio do percurso de implementação do projeto ocorreram alguns problemas relacionados à falta de verba para conclusão das obras, deste modo a empreiteira responsável anunciou que as atividades no local seriam interrompidas. Descontentes com a situação, os moradores se organizaram com o intuito de questionar e pressionar o governo e as empresas para solucionar os problemas, inclusive pedindo uma auditoria do projeto, sob suspeita de desvio de verbas.

Embora limitados ao acesso definitivo da habitação, os moradores do bairro continuam se mobilizando na ordem do dia. Com uma população de 30 mil habitantes, os ainda ativistas procuram garantir uma melhor qualidade nas obras e

serviços públicos no bairro, engajando-se para construção de escolas e creches, centros de saúde, para o saneamento básico e calçamento de ruas. Nas suas reivindicações sempre rememoram a luta da comunidade, que guarda em si lugares de memória e geossímbolos reveladores da identidade da “Roda”.

## 4 DO ATIVISMO À CONSTRUÇÃO DO BAIRRO: A RODA DE FOGO EM SUAS MEMÓRIAS E GEOSSÍMBOLO

### 4.1 A construção do bairro/lugar através do cotidiano: o coração do bairro e seus geossímbolos

Ao tratar o bairro na esfera política, Marcelo Lopes de Souza (1988) destacara o papel engendrado pelos movimentos sociais em seu tecido, apreendendo o ativismo de bairro como um mecanismo de grandes possibilidades para se pensar a gestão da cidade numa perspectiva mais horizontal, centrada holisticamente no lugar. Na sua ótica, os bairros são “lugares [...] internalizados mentalmente pelos indivíduos de uma coletividade, que os tem como espaços vividos e sentidos” (Lopes de Souza, 1989, p. 156). Enquanto *lócus* da experiência dos cidadãos, o bairro apresenta-se como uma centralidade, ponto de partida e chegada pra se pensar a cidade na totalidade, com o ativismo de bairro revelando-se um movimento demarcado espacialmente no tocante à sua organização e identidade (Lopes de Souza, 1989). No caso do Recife, esse ativismo se fez marcante através de organizações populares, com os moradores de cada bairro construindo suas pautas de luta em seus lugares de vivência.

Na geografia humanista, o lugar define-se como uma base territorial experienciada do indivíduo no espaço, com o bairro podendo ser compreendido enquanto um “lugar vivido por excelência, percorrido com segurança, onde muitos se conhecem e, portanto, se familiarizam” (Mello, 1991, p. 62). Na concepção do autor, o indivíduo não a vivencia a cidade por completo, vive apenas fragmentos do seu tecido, correspondendo ao lugar – porção do espaço apropriável à vida, através do corpo, dos sentidos, dos passos dos seus moradores. Contudo, Tuan (1983, p. 189) afirma que “a rua onde se mora é parte da experiência íntima de cada um, mas a unidade maior, o ‘bairro’, é um conceito. [...] O bairro só adquire visibilidade e torna-se um lugar através de um esforço da mente”, interpelando-se sobre a vivência no bairro, sua origem, sua dinâmica, suas referências, entre outros. Desta maneira há um despertar identitário sobre o bairro, uma consciência sobre as experiências dos indivíduos no lugar, sobretudo quando este sofre algum tipo de ameaça.

**Figura 8 - Matéria do caderno “CIDADES”, do Jornal do Comércio, publicada em Recife, 02 de fevereiro de 2003**



Fonte: Elielza Rufino Costa (2023)

Ao longo de sua trajetória, o bairro sempre foi evocado como um fragmento social, delimitado por relações cotidianas exercitadas por vizinhos, parentes e compadres. Os atos praticados no local de moradia constroem diferenças, sendo percebidas e representadas pelos cidadãos como traços inconfundíveis de identidades (Halley, 2014). Neste sentido, é através das relações cotidianas e aparentemente banais que o sentimento de pertencimento ao bairro vai emergindo entre os seus moradores. Este sentimento pode ser captado a partir dos versos do Poeta Alexandre Costa (2017, p. 72), conhecido na cena artística do bairro como “Areia”

### ***Roda de Fogo***

Com uma forma oval  
Tens um nome REDONDO.  
Assim surgiste  
para fazer cumprir  
justiça de cidadania,

para aqueles que sofriam  
sem direito de moradia.

Vieste com a tua asa branca  
como um verso de Gonzaga.

Tuas ruas tem nomes  
que lembram lutas  
que marcaram a humanidade.

Fervendo como fogo está  
o sangue do teu povo  
que te viu nascer  
ou no teu chão veio fazer  
a morada.

Hoje vejo o orgulho  
daqueles que aqui nasceram  
que dizem:

Eu amo a Roda de Fogo  
essa Cidade Encantada.

Como falamos à pouco, são vários os elementos que podemos captar nos versos do poeta que denotam um sentimento de pertencimento ao bairro, como: o perfil geométrico quase oval que serve como alusão ao nome do “Roda”; a evocação da luta por moradia, no passado e no presente, de modo a se fazer justiça social, ou numa perspectiva mais ampla, “justiça de cidadania”; Da “asa branca” de Gonzaga, em referência a uma das áreas ocupadas nos arredores de Roda de Fogo; dos nomes atribuídos aos lugarejos, ruas, etc. pelos moradores, sempre em referência a datas, eventos históricos ou mesmo personalidades que simbolizavam a luta dos e a resistência dos de baixo. Enfim, o orgulho de ter participado da construção de um lugar que tem uma história de luta e resistência tão marcante, fazendo da Roda de Fogo, uma “Cidade Encantada”.

Na Roda de Fogo, os moradores foram adquirindo este sentimento desde os primeiros atos de ocupação, resistência e formação da comunidade, que pouco a pouco foram apreendendo o bairro como um lugar de vivência imediata, *lócus* de relações interpessoais e ponto de partida para trocas políticas, econômicas e culturais para além do local de moradia, lazer e cidadania.

A construção da relação íntima entre os moradores e o bairro tem seus alicerces no ano de 1987, quando se processaram as primeiras ocupações da Roda de Fogo. Ao participarem de um conjunto de experiências ligadas à conquista de um território para construção de moradias, os moradores acabaram inserindo-se numa trama de relações, despertando a criação de “[...] laços profundos de identidade, habitante-habitante, habitante-lugar” (Carlos, 1996, p. 21). Neste processo, o tempo tornar-se imprescindível na compreensão de lugar, cuja experiência efêmera ou duradoura pode emanar um sentido de lugar. No dizer de Tuan (2011, p. 17), “[...] o sentido de lugar é adquirido após um período de tempo. Quanto tempo? [...] quanto mais tempo permanecermos em uma localidade melhor a conheceremos e mais profundamente significativa se tornará para nós”, complementa o geógrafo chinês.

Na Roda de Fogo, os moradores engajados nas lutas por uma moradia, participando das primeiras ocupações, reuniões e passeatas, compartilhando os bons e maus momentos durante o processo, construíram laços identitários mais sólidos ao lugar, em detrimento à outros que se instalaram no bairro após à consolidação do território, embora estes também possam ter construído um sentimento de pertencimento à “Roda”. Por conseguinte, ao evocar o bairro através da memória articula-se o tempo e o espaço com base nas experiências dos indivíduos em determinado lugar. “A memória liga-se, decididamente, a um lugar, ao uso, e a um ritmo, logo, a uma relação espaço-temporal, e não apenas a uma incursão no tempo – lugar e memória são indissociáveis”, no dizer de Carlos (2001, p. 217). Enquanto houver pessoas, eventos e construções simbólicas a se recordar, a memória estará presente na construção de identidades entre os moradores de um bairro, com a vida construída de forma compartilhada a partir de uma relação espaço-temporal, onde uma série de referências espaciais são criadas, respaldando a vivência local.

O sentimento de luta daqueles que ocuparam o terreno contagiou também as gerações posteriores. À época da ocupação, em 1987, muitas mulheres estavam grávidas de seus maridos e, em alguns casos, seus filhos chegaram ao mundo diante daquele contexto. Em alguns casos, pela falta de recursos financeiros e assistência à saúde médica das famílias, algumas crianças nasciam dentro dos barracos, através do trabalho realizado pelas “parteiras”, diante de toda situação insalubre na qual se encontravam. Essas crianças eram os verdadeiros “filhos da

Roda”, também filhos da luta, da luta diária de suas famílias e dos vizinhos que se tornavam compadres, estreitando os laços afetivos entre os moradores.

Anos mais tarde, muitos daqueles “filhos da Roda” tomavam para si o protagonismo que outrora fora de seus pais. Um exemplo bem emblemático, a nosso ver, é o da agência de notícias criada no bairro em julho de 2007, a Agência de Roda. A iniciativa partiu da então estudante de jornalismo Catarina de Angola, que tinha em mente a proposta de democratizar a comunicação no bairro. A Agência, que utilizava a internet como sua principal ferramenta, pretendia ainda contribuir para uma formação mais crítica e atuante dos jovens, somando-se a isto o fortalecimento de seus laços identitários com o lugar, a partir do conhecimento de sua história, e dos trabalhos que já se desenvolviam por diferentes atores no bairro.

Através de seu blog<sup>13</sup> na internet, diversas notícias eram publicadas diariamente para deixar o morador local bem informado. Contavam ainda com a edição de um jornal de parede veiculado quinzenalmente, o “Rod@Notícia”, além de ter promovido várias atividades culturais no bairro com os “Ensaio de Rua”, com apresentação dos grupos locais, rodas de diálogos e exibição de vídeos. Muitas destas atividades ocorriam em parceria com outras entidades culturais que atuavam em comunidades do Recife, como o Movimento Cultural Boca do Lixo<sup>14</sup> e o então Projeto Coque Vive. Em uma dessas parcerias, a Agência Roda junto ao Movimento Cultural Boca do Lixo promoveu a 1º Exibição de Rua (Figura 9 e 10) que havia ocorrido no bairro até então, realizada em uma tarde de sábado, do dia 1 de novembro de 2008. Ali, inclusive, tive a oportunidade de participar de maneira ativa da produção do evento enquanto membro da Agência de Notícias de Roda de Fogo. Naquela ocasião, houve uma mobilização por todo o bairro com um cortejo pelas suas ruas ao som de muita batucada, enquanto a bicicleta de som anunciava para os moradores e moradoras o evento que lhes esperavam.

---

<sup>13</sup> Ver: <<https://agenciaroda.wordpress.com>> Acesso em agosto de 2019.

<sup>14</sup> O Movimento Cultural Boca do Lixo surgiu em 1993, com sede situada em Peixinhos, bairro limítrofe entre Peixinhos e Olinda. A organização deste movimento culminou com a transformação das ruínas do antigo matadouro de bois em um complexo cultural, o Nascedouro de Peixinhos. Hoje o Nascedouro conta com diversas atividades culturais, além da Biblioteca Multicultural do Nascedouro. Para saber mais acesse: <<https://movimentobocalixo.wordpress.com/>> Acesso em agosto de 2019.

Figura 9 - 1ª Exibição de Vídeo organizada pela Agência de Notícias da Roda de Rogo, novembro de 2008. Equipe Agência Roda na Biblioboca Mambembe na Roda de Fogo



Fonte: Acervo Agência Roda (2008)

Figura 10 - Cartas de exibição de Rua da Roda



Fonte: Acervo Agência Roda (2008)

Várias crianças tiveram uma tarde bem agitada naquele dia com diversas brincadeiras, seções de leitura, etc. Ao final, as crianças e adultos sentaram-se em frente a quadra de futebol, no chão mesmo, para curtir uma seção de cinema na rua. Era a primeira vez ali que muitas crianças, inclusive seus pais, estavam tendo assistindo um filme em uma tela tão grande quanto seus sonhos. Por um instante, aquela área do bairro se convertia em um verdadeiro cinema popular. Qual era a história? A trama das suas vidas, protagonizadas por aqueles que deram vida ao lugar.

Os documentários exibidos, “A linha, a maré e a terra: Memórias do Coque” e “Roda de Fogo: Cidade Encantada”, retratavam histórias de luta e resistência que marcam fortemente a histórias desses bairros recifenses, o Coque e Roda de Fogo. No caso da Roda, foi uma grande oportunidade para os mais antigos rememorarem suas trajetórias de luta junto ao bairro, para os mais jovens, se abria um novo horizonte, eles se viam ali desta vez a partir da ótica dos de dentro, de seus “iguais”, diferentemente do olhar estigmatizado pela violência e criminalidade dos de fora, que dominava as páginas policiais dos jornais da cidade. Ademais, antes daquela exibição, muitos jovens não tinham sequer ouvido falar sobre como surgiu o lugar que eles vivem. Portanto, aquele evento, além de ter sido pioneiro no bairro, foi certamente um divisor d’água por provocar o resgate dos laços de identidade que existiam por parte daqueles moradores mais antigos e para a construção de um novo sentimento para os mais jovens. Para Catarina de Angola, a Agência Roda era uma forma de colocar em prática

o direito humano à comunicação, democratizando-a, em especial na comunidade de Roda de Fogo. Nossa comunidade é resultado de uma história de articulação política dos moradores/as e muita resistência. Queremos, então, fortalecê-la ainda mais. Valorizar essa história e multiplicá-la na comunidade. A comunicação é um instrumento mobilizador e é por isso que através dela tentamos reanimar nossa comunidade e fazer com que a população conheça mais o que é a Roda de Fogo, como ela surgiu, que lutas aconteceram para cada um ter seu lote, mas também o que acontece nela hoje, quais são nossos direitos enquanto cidadãos. Antes de tudo, a Agência Roda visa ser um espaço político de discussões dentro da comunidade de Roda de Fogo (Catarina de Angola apud Melo e Silva, 2010, p. 60).

A proposta da Agência Roda era realmente inovadora, sobretudo por se tratar de jovens atuando como atores políticos com o intuito de produzir um novo olhar sobre o bairro e a partir do bairro. No entanto, diante de seu engajamento

político, havia nas propostas da Agência Roda algo que chamava bastante à atenção: a ousadia de discutir comunicação como um direito humano. Vale lembrar que na escala nacional, naquele período, os debates acerca da democratização dos meios de comunicação ganhavam cada vez mais força através da participação dos movimentos sociais e de entidades da sociedade civil na formulação de políticas públicas voltadas ao tema.

Em 2009, ocorreu a I Conferência Nacional de Comunicação, que serviu como um marco sobre as políticas do setor. Pela primeira vez, o Estado brasileiro instituiu um mecanismo formal de consulta à diversos setores da sociedade sobre os rumos que deveria tomar a comunicação no país. As etapas preparatórias e oficiais da conferência envolveram diretamente

[...] cerca de 30 mil pessoas dos mais diversos segmentos. Centrais sindicais, movimentos de mulheres, movimento negro, redes de joven, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, pesquisadores movimentos de lésbicas de lésbicas, gays, e transexuais, movimento estudantil e empresários debateram temas como o sistema público de comunicação, as concessões de rádio e TV, universalização da banda larga, o controle social, entre centenas de outros temas até então restritos aos espaços dos “entendidos” ou “diretamente interessados” no assunto (INTERVOZES, 2010)<sup>15</sup>

Durante esse período, a Agência Roda procurou estar presente em diversos espaços que promoviam debates sobre democratização da comunicação, como os fóruns municipais, estaduais. Participou também de mesas de diálogo em instituições acadêmicas, como a Universidade Federal de Pernambuco, de programas de rádio e televisão locais, sendo pauta de discussão e pautando também suas demandas. A visibilidade da Roda de Fogo alcançara outro patamar. As ações da Agência produziam um duplo movimento: o de ser visto e o de se fazer ver, antenado com os movimentos do mundo.

Para Santos (2006, p.165), os lugares são condição de suporte de relações globais, sem os lugares tais relações (sejam elas materiais ou imateriais) não aconteceriam. Desta maneira, o lugar se define como funcionalização do mundo, e é por ele (lugar) que o mundo é percebido empiricamente. Ainda segundo este autor

---

<sup>15</sup> INTERVOZES. Coletivo Brasil de Comunicação Social. [2010]. Conferência Nacional de Comunicação: um marco para a democracia no Brasil. Disponível em: <<https://intervozes.org.br/conferencia-nacional-de-comunicacao-um-marco-para-a-democracia-no-brasil/>> Acesso em agosto de 2019.

“cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente”.

A construção espacial de memórias se mostra evidente em Roda de Fogo, quando se percorre o tecido do bairro. Aqui e acolá são descobertos os moradores-símbolos da ocupação do bairro. Ao recordarem os momentos de luta, muitos se sentem orgulhosos em expressar suas façanhas, especialmente quando das realizações das passeatas nos bairros centrais do Recife. Alguns deste se autoproclamam “Fundadores da Roda de Fogo”, externando um vínculo de pertencimento ao bairro a partir de suas memórias vividas na luta por um lugar de moradia.

As práticas do lugar constroem a personalidade do bairro a partir da concentração de diferentes aspectos referentes à paisagem, à ocupação, à convivência social, ao sentimento de pertencimento, ao nome do lugar, dentre outros aspectos, que associados acabam de denotar um “gênio” ao bairro no contexto de uma cidade (Halley, 2014b). Em Roda de Fogo, as singularidades mais significativas do lugar situam-se no núcleo do bairro, recorte inicial de sua ocupação, outrora marcado por uma construção, o “Casarão”, local de reuniões dos moradores em seus atos de luta e direito à moradia no Recife entre as décadas de 1980-90 (Figura 11).

**Figura 11 - Antigo “Casarão” da Roda de Fogo, com a presença de algumas crianças da comunidade no período de sua ocupação inicial, em 1987**



Fonte: Roda de Fogo Encantada (2017)

O “Casarão” serviu de referência espacial aos principais pontos de encontros no interior do bairro. Mesmo demolido na década passada tornou-se um “geossímbolo” para atração de outros objetos e experiências em Roda de Fogo. No seu entorno, no cruzamento da Avenida Bicentenário da Revolução Francesa e da Rua Professor Arthur Coutinho, conhecida popularmente como rua do canal (Figura 11), instalara-se a Associação dos Moradores do Bairro, o posto policial, uma praça, um campo de futebol e um terminal de ônibus, além de uma série de estabelecimentos comerciais.

Trata-se do centro do bairro, com as transeuntes disputando o espaço com carros, motos, bicicletas e os mais diversos ambulantes. Nestes lugares intensamente vividos, os moradores são regidos em suas experiências, encontrando-se aspectos singulares da vida comum, como as conversas na calçada, o jogo de dominó na praça, o encontro e as conversas diárias nas padarias e bares, o jogo de bola das crianças nas ruas, os maracatus tocando durante a noite, os torneios de futebol que agitam o bairro, entre outras experiências.

A miscelânea destas situações ocorre em espaços consagrados pelos moradores do lugar em suas atividades rotineiras dentro de um cotidiano compartilhado. Neste sentido, o coração da Roda de Fogo encontra-se carregado de afetividade e significados, permeado por “geossímbolos”, podendo ser compreendidos como um lugar, um itinerário, uma extensão que, por razões religiosas, políticas ou culturais, aos olhos de certas pessoas e grupos assumem uma dimensão simbólica que os fortalece em sua identidade, conforme assegura o geógrafo francês Jöel Bonnemaïson (2002).

#### 4.2 Um ativismo permanente: a efetivação da moradia e as perspectivas de futuro

Dentre as diversas demandas que permeiam as práticas ativistas dos moradores de Roda de Fogo atualmente, sem dúvida alguma, a efetiva garantia da moradia – que foi conquistada com muita luta, resistência e persistência – através da escritura de propriedade é uma das mais importantes, talvez a mais importante. Destacamos aqui a persistência porque foi necessária muita coragem para lidar com as adversidades que se apresentaram ao longo desses trinta anos de surgimento da Roda de Fogo desde sua ocupação inicial. Muitas famílias ainda não receberam a documentação definitiva que garante a posse do imóvel. Outras tantas famílias

encontram-se em situação ainda mais vulnerável por viverem em áreas de ocupação irregular como aquelas em frente ao posto policial do bairro, conhecida como “ocupação do Casarão” e a que se encontra ao lado da capela São Sebastião, na mesma quadra, sendo cada uma dessas ocupações acessíveis pelos seus respectivos “becos”, só para ficar nestes dois exemplos.

Mesmo sendo uma referência na cidade do Recife quando nos referimos à história de luta por moradia construída pelos seus moradores, é somente a partir de 2013 que se acelera o processo de regularização fundiária na área correspondente aos limites atuais da Roda de Fogo. Vale salientar que em Pernambuco a regularização fundiária ganha efetividade com a promulgação da Lei Estadual nº 15.211/2013<sup>16</sup>, que institui a política estadual de regularização fundiária jurídico dominial de interesse social, cujas as ações são promovidas pela Pernambuco Participações e Investimentos S/A - Perpart e pela Companhia Estadual de Habitações e Obras – CEHAB. Tal lei objetiva regularizar as ocupações dos imóveis urbanos consolidados pela população de renda baixa. Trata-se de uma intervenção pública que visa a formalização administrativa, social, topográfica e jurídica de ocupações consolidadas, utilizadas para fins de moradia ou de uso misto, dentre outros aspectos.

Neste mesmo ano foi lançado pelo Governo do Estado de Pernambuco, por intermédio da Perpart, o Programa Meu Imóvel Legal (PMIL), como um dos caminhos para a solução da irregularidade dominial, do reconhecimento de comunidades consolidadas com mínima infraestrutura, o programa procura cumprir as etapas para regularização dos consolidados pela população de baixa renda, em áreas desapropriadas pelo estado de Pernambuco e pela Cohab/PE, nas décadas de 1980 e 1990, reconhecendo o direito de propriedade da população e elevando a qualidade de vida das famílias, de acordo com os ditames da regularização fundiária jurídico dominial, instituída pela Lei Estadual nº 15.211/2013 (Arruda, 2018). São dois os eixos de atuação do Programa: a Regularização de Unidades Imobiliárias de Interesse Social e a Transferência definitiva da titularidade do imóvel ao Cidadão.

Uma característica importante do PMIL é a sua capacidade de estabelecer uma ação conjunta entre a comunidade e os agentes públicos para o processo de regularização fundiária. Este fato permite que, a partir das intervenções, essas

---

<sup>16</sup> Para consulta, ver: <<http://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=482&tipo=TEXTOATUALIZADO> > acesso em 24 de agosto de 2019, às 22h40.

comunidades transformem-se em bairros legais, integrados ao restante da cidade, retirando-os da situação de exclusão em que se encontram e, principalmente, reconhecendo o direito do cidadão de ser proprietário do seu imóvel através de uma escritura definitiva. A escritura definitiva (título de propriedade) garante a permanência no lugar onde as famílias edificaram suas vidas e desenvolveram relações sociais que se consolidaram ao longo dos seus 30 anos de história, além de possibilitar acesso a serviços públicos essenciais, financiamentos habitacionais, integração das áreas à cidade, bem como afastar a possibilidade de despejos e ações especulativas sobre a área.

Ainda em 2013, o Conselho de Regularização de Imóveis do Estado de Pernambuco (CORI-PE) aprovou 16 áreas consideradas propícias para o processo de regularização fundiária, entre as quais estava a Roda de Fogo. A partir daí, o lugar passou a ser objeto de licitação para levantamento topográfico e de identificação da sua população, assim como atualização cadastral de famílias que já haviam recebido o título de posse. Neste momento, o processo de regularização fundiária se deu em diferentes etapas: em um primeiro momento houve um mergulho pelo cotidiano do bairro com o intuito de estabelecer uma articulação entre os órgãos governamentais e os moradores, promovendo reuniões, entrevistas, mobilizações; em seguida, a equipe de regularização procurou identificar os tipos de ocupações dos imóveis (se comercial, moradia ou misto), endereçamento, etc.; e por último, foi realizado um cadastramento social com aplicação de pesquisa socioeconômica através de formulários.

Ao mesmo tempo em que estas etapas eram realizadas, era feito o levantamento topográfico para a confecção da planta da situação real existente na área, sendo submetida à Prefeitura do Recife, para análise através da Secretaria de Mobilidade e Controle Urbano - SEMOC e pela Secretaria Executiva de Licenciamento Urbanístico - SELURB, para posteriormente registrar no cartório de imóveis o projeto de regularização fundiária e os títulos de propriedade. Vale destacar que esse processo não foi simples, como destaca Arruda (2018),

[...] o processo de aprovação da planta da situação real existente foi extremamente tenso, tendo em vista a burocracia e a tecnicidade conservadora dos técnicos do órgão municipal, que desejavam aprovar o referido projeto com base em um loteamento novo, isto é, sem levar em consideração que se tratava de área consolidada, segura e irreversível, e com mais de vinte anos de ocupação (Arruda, 2018, p. 30).

O que chama a atenção nesse caso é o fato de alguns setores do poder público desconsideraram ou dificultarem a participação popular no processo de elaboração da planta do bairro, sendo necessária, como de costume, a emergência do protagonismo que sempre marcou a história de luta desses moradores ao longo dos anos. Ninguém conhece melhor os limites do bairro do que aqueles que ocuparam o terreno desde o início.

Resolvidas estas questões, o projeto de regularização foi aprovado em 29 de janeiro de 2014, a partir dos parâmetros urbanísticos flexíveis da Lei Estadual nº 15.211/2013 e da Lei Municipal nº 16.113/95<sup>17</sup>. Num momento posterior, os beneficiários do Programa Meu Imóvel Legal lograram seus títulos de propriedade registrados no 4º Registro de Imóveis da Capital e devidamente entregues em ato solene com o governador do Estado e o prefeito da cidade do Recife.

A entrega das escrituras definitivas ocorreu de modo gradativo. No ano seguinte, em 2015, cerca de três mil pessoas foram beneficiadas com a tão esperada posse definitiva. Na ocasião, a conquista foi marcada com um ato público na Escola Estadual Pintor Lauro Villares, localizada na Rua Clarice Lispector, onde foram entregues 700 escrituras de propriedade para moradores que há mais de 20 anos pelo registro (Figura 12).

---

<sup>17</sup> Esta lei dispõe sobre o plano de regularização das zonas especiais de interesse social- prezeis e dá outras providências. Art. 1º A presente Lei dispõe acerca do Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social - PREZEIS, fixando Normas, procedimentos e estrutura de gestão concernentes às Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS, com a finalidade de proceder sua urbanização e regularização fundiária, integrando-as à estrutura urbana na cidade.

**Figura 12 - Entrega da escritura da propriedade aos moradores em Roda de Fogo, no ano de 2015, em ato realizado pela Prefeitura do Recife, Governo do Estado e Perpart**



Fonte: Roberto Ramos (2018)

Os primeiros moradores contemplados com o recebimento da escritura de propriedade foram Creusa Florentino e seu marido José Batista Cavalcante. A agente de saúde Creusa Florentino, que divide a casa com o marido e três filhos, destacou em seu depoimento a importância daquele momento em sua vida e na de sua família: “Essa é uma conquista muito importante para a gente. Só consigo sentir alegria”<sup>18</sup>, comentou bastante emocionada após fazer a fotografia na qual exibe orgulha o documento tão esperado.

Também emocionada, a auxiliar de serviços gerais Alcione Andreza Lima dos Santos, à época com 35 anos, rememora o passado difícil nos anos iniciais após a ocupação do terreno:

Quando chegamos aqui, só tinha uma igreja, um riacho e muita lama [...] Nós morávamos em casas de tábuas e usávamos a água do rio. A gente precisou lutar muito para ter as casas que temos hoje. É um alívio muito grande saber que meus filhos, netos e bisnetos poderão aproveitar de tudo o que construímos. É um presente de deus.<sup>19</sup>

<sup>18</sup> Depoimento concedido pela moradora Creusa Florentino. [nov. 2015]. Reportagem publicada em 18/11/2015 pelo Diário de Pernambuco, Recife, durante a entrega de 700 escrituras de propriedades. Disponível em: < <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2015/11/programa-meu-imovel-legal-beneficia-700-familias-em-roda-de-fogo.html>> Acesso em 25 de agosto de 2019, às 23h23.

<sup>19</sup> Depoimento concedido pela moradora Alcione Andreza Lima dos Santos . [nov. 2015]. Reportagem publicada em 18/11/2015 e atualizada em 19/11/2015 pelo Diário de Pernambuco, Recife. Disponível em: < <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2015/11/programa-meu-imovel-legal-beneficia-700-familias-em-roda-de-fogo.html>> Acesso 25 em agosto de 2018, às 00h23.

Outra moradora do bairro, a aposentada Cleonice Maria da Silva reforça o discurso das companheiras de luta à respeito da importância que aquele momento representava, desabafou emocionada

Há 28 anos que espero por isso e finalmente vivi para ver este dia chegar. Estou muito feliz de poder saber que agora terei meu porto seguro, meu e de minha família, meus filhos, meus netos. É uma emoção sem tamanho, não tenho como descrever a felicidade de saber que a casa onde passei quase metade da minha vida foi reconhecida como minha<sup>20</sup>

A cerimônia de entrega contou com várias lideranças que contribuíram com a construção do bairro ao longo de sua formação. De acordo com o então líder comunitário, Vicente Albuquerque, a conquista só foi possível porque os governos municipal e estadual se dispuseram a ouvir a população do bairro, para ele, a entrega das escrituras de propriedade representa

[...] o reconhecimento de muita luta, mas isso só foi possível porque temos aqui o poder político disposto a trabalhar pelo povo e dar a gente o que estávamos aguardando há tanto tempo. A terra agora é nossa, de fato e de direito, no papel passado. Hoje é dia de festa e de muita emoção (Albuquerque, 2015).<sup>21</sup>

Ainda durante a cerimônia de entrega das escrituras de propriedade em 2015, o Governador do Estado também destacou a importância da luta permanente em Roda de Fogo. Em suas palavras, os moradores e moradoras “representam a vitória da luta de um povo que nunca baixou a cabeça. A luta de um povo que foi atrás dos seus direitos. Roda de Fogo é um exemplo para todos os locais desse Estado.”<sup>22</sup> Naquela ocasião, o discurso do Governador foi endossado pelo então Prefeito da Cidade do Recife, o gestor municipal proferiu as seguintes palavras:

<sup>20</sup> Depoimento concedido por Cleonice Maria da Silva. [nov. 2015]. Em reportagem publicada pela Prefeitura do Recife, em 19/11/2015. Na ocasião, foram entregues 700 escrituras de propriedades. Disponível em: <<http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/19/11/2015/tres-mil-moradores-de-roda-de-fogo-recebem-escritura-definitiva-de-suas-casas>> Acesso 25 em agosto de 2019, às 00h31.

<sup>21</sup> Depoimento concedido por Vicente Albuquerque. [nov. 2015]. Em reportagem publicada pela Prefeitura do Recife, em 19/11/2015. Na ocasião, foram entregues 700 escrituras de propriedades. Disponível em: <<http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/19/11/2015/tres-mil-moradores-de-roda-de-fogo-recebem-escritura-definitiva-de-suas-casas>> Acesso 25 em agosto de 2019, às 00h31.

<sup>22</sup> Governador do Estado de Pernambuco, Paulo Câmara (PSB). [nov. 2015]. Discurso de entrega de escrituras de propriedade na Roda de Fogo, em 18/11/2015. Na ocasião, foram entregues 700 escrituras. Publicado no portal da Secretaria da Casa Civil, Governo do Estado de Pernambuco. Fonte: Secretaria de Imprensa de Pernambuco. Disponível em: <<http://www.casacivil.pe.gov.br/noticia/regularizacao-fundiaria-beneficia-tres-mil-pessoas-no-recife-1>> Acesso em 25 de agosto de 2019, às 23h56.

Uma luta de 30 anos e que agora finalmente teve sua conquista. Roda de Fogo é uma comunidade muito unida, que lutou muito por isso. [...] Essas 700 famílias agora estão com o documento registrado em cartório, que garante a propriedade e assegura a posse de suas moradias. Ninguém vai precisar desocupar nada, ninguém vai sair do lugar. A casa é deles!<sup>23</sup>

Outra etapa para entrega das escrituras ocorreu no ano de 2018. Mais uma vez a ação foi coordenada pela Perpart em parceria com a Prefeitura do Recife e o Governo do Estado. No momento em questão foram entregues mais 600 (seiscentas) escrituras de propriedade em benefício das famílias de Roda de Fogo (Figura 13).

**Figura 13 - Entrega da escritura da propriedade aos moradores em Roda de Fogo, no ano de 2015, em ato realizado pela Prefeitura do Recife, Governo do Estado e Perpart**



Fonte: Andréa Rêgo Barros (2019)

Maria Martins de Melo, 64 anos à época, revela emocionada o quanto esperou para realização do sonho de uma vida inteira de batalha, sua e de seus companheiros: “Foram 23 anos de esperando por essa casa que vai finalmente ser minha. É uma luta antiga minha e de vários moradores, estamos todos radiantes.

<sup>23</sup> Prefeito da Cidade do Recife, Geraldo Júlio (PSB). [nov. 2015]. Discurso de entrega de escrituras de propriedade na Roda de Fogo, em 18/11/2015. Na ocasião, foram entregues 700 escrituras de propriedades. Disponível em: <<http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/19/11/2015/tres-mil-moradores-de-roda-de-fogo-recebem-escritura-definitiva-de-suas-casas>> Acesso de 25 de agosto de 2019, às 00h31.

Agora sim posso dizer de peito aberto e ficar tranquila porque a casa é minha”<sup>24</sup>, declarou a dona de casa.

O que se percebe a partir do conjunto de depoimentos dos moradores e moradoras é um sentimento misto de alívio e dever cumprido, mas não somente isso, na verdade o sentimento é muito mais amplo. O direito de permanência no terreno para construção de suas moradias no passado e o recebimento da escritura definitiva da propriedade mais recentemente representa a parcela materializada, concreta da conquista. Do ponto de vista simbólico os ganhos são muito maiores, Roda de Fogo virou sinônimo de luta por direitos e passa a ser referência quando se trata dessa questão na cidade do Recife. Além disso, as mulheres e os homens “da Roda” se converteram em sujeitos de luta ao longo dos anos, e, por conseguinte, sujeitos conscientes de suas próprias histórias.

Desde o ano de 2013, ano de promulgação da Lei Estadual nº 15.211/2013, até o ano de 2018, foram entregues pela Perpart, em parceria com os governos estadual e municipal, cerca de 1700 escrituras de propriedade (Tabela 01). As ações continuam de modo a ampliar cada vez mais o número de moradias regularizadas.

**Tabela 1 - Entrega da escritura da propriedade aos moradores em Roda de Fogo, no ano de 2015, em ato realizado pela Prefeitura do Recife, Governo do Estado e Perpart**

<b>Data</b>	<b>Quantitativo de escrituras entregues à população</b>	<b>Pessoas beneficiadas</b>
<b>12/03/2014</b>	<b>400</b>	<b>2.000</b>
<b>18/11/2015</b>	<b>700</b>	<b>3.500</b>
<b>27/03/2018</b>	<b>600</b>	<b>3.000</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.700</b>	<b>8.500</b>

Fonte: Arruda (2018)

No início de 2019, a Perpart promoveu um mutirão no bairro com o objetivo de sanar pendências documentais para futura emissão de escrituras definitivas e dar orientações e esclarecimentos jurídicos para os moradores (Figura 14).

<sup>24</sup> Depoimento concedido por Maria Martins de Melo. [nov. 2015]. Em reportagem publicada pela Prefeitura do Recife, em 23/03/2018. Na ocasião, foram entregues mais 600 escrituras. Disponível em: <<http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/19/11/2015/tres-mil-moradores-de-roda-de-fogo-recebem-escritura-definitiva-de-suas-casas>> Acesso em 25 de agosto de 2019, às 00h31.

**Figura 14 - Equipe da Perpart realiza mutirão de coleta de assinaturas em Roda de Fogo**



Fonte: Aldemir marques (2019)

Para Mary (Maria de Fátima), que é Secretária de Cultura da Associação dos Moradores, o mutirão promovido pela Perpart é positivo, “pois as pessoas ficam cientes que o terreno é deles [...], ninguém acreditava que a gente um dia iria ter um título”<sup>25</sup>. Muitos moradores e moradoras estão ainda na expectativa de receberem seus documentos definitivos. Existe a expectativa que até o final de 2019 sejam entregues pelo menos mais 250 escrituras que vivem nas áreas já regularizadas garantindo-lhes todos os benefícios sociais e jurídicos próprios da propriedade.

Outra demanda que tem mobilizado os moradores e moradoras do bairro se refere à construção da creche, para atender as suas crianças, e a construção de um mercado popular de modo a contemplar os comerciantes, que trabalham em frente ao terminal de ônibus, para um espaço mais adequado. A construção, tanto da creche quanto do mercado comercial, seria realizada no mesmo terreno, em frente ao terminal.

No caso da creche, o problema parece ser mais urgente uma vez que muitas famílias trabalham distante dos limites do bairro, na área central da cidade ou até mesmo em outros municípios e necessitam do serviço para deixarem suas crianças em locais seguros. Atualmente a creche até existe, porém funciona em um imóvel

<sup>25</sup> Depoimento concedido por Maria de Fátima, conhecida como *Mary*. [2019]. Publicada pela Perpart, em 02/04/2019. Disponível em: <<http://www.perpart.pe.gov.br/?p=2964>> Acesso em 27/08/2019, às 22h56.

alugado pela Prefeitura do Recife em um endereço fora do bairro de Roda de Fogo, situada na Rua Ocidental nº33, no bairro do Cordeiro (Figura 09).

**Figura 15 - Creche de Roda de Fogo. Localizada na Rua Ocidental, nº33, no bairro do Cordeiro**



Fonte: O autor (2019)

De acordo com a Prefeitura do Recife, as obras para construção da creche teriam iniciado em 2014<sup>26</sup>. O próprio Prefeito do Recife havia anunciado naquele ano o início das obras da Creche-Escola Recife, com capacidade para acolher 210 estudantes, até os cinco anos de idade, manifestando também a intenção de estabelecer um ordenamento do comércio no entorno da unidade de ensino que seria erguida com a criação de um mercado<sup>27</sup>. No entanto, em visita de campo realizada no segundo semestre de 2017 pudemos observar em que situação se encontrava o terreno com pouco mais de 1.300 m<sup>2</sup>, localizado em frente ao terminal de ônibus do bairro (Figuras 16 e 17).

<sup>26</sup> Para consulta, ver: <<http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/23/05/2014/creche-escola-em-roda-de-fogo-ja-esta-em-construcao>> Acesso em 27 de agosto de 2019, às 22h30

<sup>27</sup> Matéria publicada em *Blog de Jamildo*, em 23/05/2014. Disponível em: <<https://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2014/05/23/na-roda-de-fogo-geraldo-julio-anuncia-mercado-em-terreno-de-creche/>> Acesso em 27 de agosto de 2019, às 22h32.

**Figura 16 - Terreno onde será erguida a Creche-Escola de Roda de Fogo e o Mercado Público, anunciados pela Prefeitura do Recife**



Fonte: O autor (2017)

Desde a assinatura da ordem de serviço, o terreno encontrava-se totalmente abandonado. Muitos dos que residem na Rua Hélio Feijó, denunciam o descompromisso do poder público com a conclusão da obra e os diferentes usos que tomam conta do terreno. Durante o trabalho de campo realizado naquele ano para coleta de informações sobre o bairro, pudemos ouvir o relato de algumas pessoas que vivem por ali, como seu Gustavo, o *atrevido*, 47 anos à época, que esperava uma solução da prefeitura para a conclusão da obra enquanto descrevia sua insatisfação, dizia o morador: “o que vocês podem ver é isso ai oh, virou depósito de lixo, uma nojeira só! Quando chove fica pior, fica cheia de focos de dengue, às vezes a gente é que tem que limpar [...] o povo cria cavalo e a noite o pessoal entra pra usar drogas”<sup>28</sup>.

<sup>28</sup> Depoimento concedido pelo morador Gustavo Silva, 47 anos. [ago.2017]. Naquela ocasião, ao ver nossa equipe se aproximando do terreno, achou que éramos representantes da Prefeitura do Recife, de imediato veio cobrar satisfações pela não conclusão da obra. Ao informarmos que éramos estudantes e que estávamos fazendo uma pesquisa sobre o bairro, logo pediu desculpas e afirmou “é que eu sou atrevido mesmo!”, exclamou. O morador se identifica ainda como fundador do bairro e guarda na memória as lembranças de luta do passado e que se mostra evidente no presente, através dos discursos.

**Figura 17 - Parte de dentro do terreno onde será erguida a Creche-Escola de Roda de Fogo e o Mercado Público, anunciados pela Prefeitura do Recife**



Fonte: O autor (2017)

O sentimento de insatisfação de seu Gustavo acerca do abandono que ocorre no terreno para construção da creche é compartilhado por aqueles comerciantes que esperam pela construção do mercado no mesmo local. De acordo com a gestão municipal, todos os ambulantes que trabalham no local, foram devidamente cadastrados pela Secretaria de Mobilidade e Controle Urbano do Recife<sup>29</sup>.

Muitos comerciantes têm suas barracas na calçada do terreno que fica em frente ao Terminal de ônibus. Existe a preocupação por parte de alguns deles de não serem contemplados com um espaço no novo mercado público do bairro. Alguns comerciantes, inclusive, moram em suas barracas, pois não tem para onde irem.

---

<sup>29</sup> Para consulta, ver: <<http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/27/03/2018/roda-de-fogo-avanca-na-regularizacao-fundiaria-com-mais-600-escrituras-entregues>> Acesso em 25 de agosto de 2019, às 00h31.

**Figura 18 - Barracas em frente ao Terminal de Onibus de Roda de Fogo**



Fonte: O autor (2019)

Tivemos a oportunidade de visitar o bairro em julho de 2019, na ocasião presenciamos a transformação na paisagem local do terreno destinado para as obras de construção da Creche-Escola e do Mercado Público. Como se pode perceber (Figura 19), elas foram iniciadas e estão prestes a serem finalizadas.

**Figura 19 - Frente da nova Creche-Escola de Roda de Fogo, na Rua Hélio Feijó, próximo ao Terminal de Ônibus do bairro**



Fonte: O autor (2019)

A previsão de inauguração do espaço, tanto da creche quanto do mercado, ainda é imprecisa. De qualquer maneira, os moradores e moradoras continuam atentos e atuantes para fazerem valer suas demandas, ou mais que isso, eles e elas continuam firmes para que as promessas sejam cumpridas, os projetos aplicados e seus direitos efetivados.

Durante as atividades de campo que realizamos, pudemos notar que as demandas do bairro, além das que já citamos, continuam sendo inúmeras. A título de informação, pontuaremos aqui aquelas que ecoaram com mais força a partir de relatos em conversas com os moradores e moradoras:

a) Ampliação da oferta de transporte público, que não atende de modo efetivo o contingente populacional do bairro; sobretudo após as alterações de itinerários efetivadas pela Grande Recife Consórcio de Transporte. Muitos moradores precisam levantar mais cedo para não atrasarem no trabalho, uma vez que, com as alterações, precisam ir para um Terminal Integrado de Passageiros. Antes o a linha 416 de Roda de Fogo ia direto para o centro do Recife.

b) Algumas ruas do bairro ainda não possuem pavimentação. Durante o inverno, lama pra todo lado, já no verão, uma poeira insuportável. Enquanto muitas daquelas asfaltadas precisam de manutenção, principalmente em períodos de chuva, quando algumas delas ficam intrafegáveis por conta dos buracos.

c) A questão do lixo. Apesar de haver o serviço de coleta diariamente, encontramos pontos no bairro em que o lixo toma conta das calçadas, marcando a paisagem. Na rua Prof. Arthur Coutinho, onde existe o canal para escoar as águas em períodos chuvosos, é comum encontrar resíduos dos mais variados em seu curso, sacos de lixo, móveis, etc. Em contra partida, vale destacar em alguns pontos do percurso do Canal encontramos espaços bastante agradáveis em suas margens, com árvores e plantas que recebem os cuidados dos moradores e moradoras do entrono.

A batalha pela melhoria e manutenção dos equipamentos que já existem e pela ampliação dos serviços é algo constante por parte daqueles residem no bairro. Diferentemente do passado, quando o objeto motivador da ação popular era a conquista da moradia pela ocupação da área que atualmente esta assentada a Roda de Fogo, atualmente, os objetivos que mobilizam as ações no bairro são bem variados. Contudo, parece-nos que a natureza contestatória dos moradores continua

firme, seja por meio dos discursos ou através das práticas que se desenrolam no cotidiano.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sentimento de pertencimento ao espaço de vivência centra-se nos aspectos comuns da vida de bairro, no acontecer solidário da rua com os vizinhos e parentes. Apesar das dificuldades que um trabalho como este exige, montar este “quebra-cabeça” da trajetória pela qual o bairro de Roda de Fogo passou até se tornar o que é hoje nos deixa muito felizes e satisfeitos pela possibilidade de devolver para o bairro e seus moradores um trabalho como este, em que eles são os sujeitos e protagonistas da própria história. São muitas histórias de vida, diferentes sujeitos, que vieram de diferentes lugares e se somaram na luta para reivindicar e conquistar um pedaço de teto para chamar de seu, um direito humano fundamental, o direito à uma moradia digna. Fazer essa reconstrução histórico-espacial do bairro, o contato com as pessoas do bairro, a oportunidade de ouvi-las e resgatar suas histórias através da memória foi, absolutamente, o ponto marcante deste trabalho.

Em Roda de Fogo através da memória de seus moradores pôde-se apreender a alma do lugar, e, por conseguinte sua identidade, marcada por um conjunto de ações e objetos construídos ao longo da evolução do bairro. Com efeito, a identidade da “Roda” foi se constituindo através de seus traços na paisagem ao longo do tempo e da maneira como as pessoas fazem uso de uma memória de luta para promoverem uma consciência própria acerca do seu lugar, especialmente no tocante ao núcleo vivido.

A “Roda” foi, e continua sendo, suas construções, as memórias que circulam, a luta dos seus moradores e os geossímbolos que permeiam a vida de um lugar, invadido, conquistado e experienciado desde 1987. Além disso, sua história de luta, resiliência dos moradores e conquista da moradia nos ensina que a mobilização popular com capacidade organizativa continua sendo um instrumento muito importante para a ampliação de uma série de direitos fundamentais que são negados diariamente à diferentes grupos sociais na cidade do Recife. Que a Roda de Fogo possa ser inspiração para, como disse o poeta Areia, “fazer justiça de cidadania para aqueles que sofriam sem direito à moradia”.

## REFERÊNCIAS

- ADELMAN, Miriam. Os anos 60: movimentos sociais, transformações culturais e mudanças de paradigmas. p. 23 -68. In: **A Voz e a Escuta: Encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea**. São Paulo: Blucher, 2016.
- AMMANN, Safira Bezerra. **Movimento popular de bairro: De frente para o Estado, em busca do Parlamento**. São Paulo: Cortez, 1991.
- ARRUDA, S. N. **Regularização fundiária de interesse social como instrumento de inclusão urbana e de reconhecimento da função social da propriedade através da influência da cartografia na comunidade de Roda de Fogo**. *Revista e-metropolis*, nº 34, ano 9, setembro de 2018.
- BONNEMAISON, J. “Viagem em torno do território”. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). *Geografia Cultural: um século (3)*. Rio de Janeiro, Ed. UERJ, 2002.
- BUTTNER, Anne. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido in CHRISTOFOLETTI, Antonio (org). **Perspectivas da geografia**. São Paulo: DIFEL, 1982. p. 165-194.
- CABRAL, A.A.C. 2004. **Os gestores públicos e suas ações no bairro de Campina do Barreto: O vivido e o instituído**. Dissertação de Mestrado em Geografia-UFPE: Recife.
- CABRAL, A.A.C.; SÁ, A. J. **Os movimentos sociais urbanos e suas manifestações concretas no Brasil e no Recife: síntese retrospectiva**. *Revista de Geografia*. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 26, n. 3, set/dez. 2009.
- CARDOSO, Ruth C. L. **Movimentos sociais urbanos: balanço crítico**. In: SORJ, Bernardo (Org.) *Sociedade e política no Brasil pós-64*. 2. Ed., São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.
- CARLOS, A. F. A. **Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001.
- CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano novos escritos sobre a cidade**. São Paulo : Labor edições. 2007.
- CARLOS, A. F.A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CARMO, Paulo Sérgio do. **Culturas da Rebeldia – Juventude em Questão**. São Paulo: Senac, 2010.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CAVALCANTI, Geane Bezerra. **Lutas e resistência dos moradores da periferia da cidade do Recife (1955-1988)**. 2017. 170 f. Dissertação (Programa de Pós-

Graduação em História Social da Cultura Regional) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.

CORRÊA, R. L. "A geografia cultural e o urbano". In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). *Introdução a geografia cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.  
COSTA, Alexandre. **Versos, desejos e poesias: sub inconsciente**. Curitiba, Editora Rascunho, 2017.

FALCÃO NETO, J. de A.; SOUZA, M. A. de A. Os mocambos do Recife - o direito de morar. *Revista Ciência Hoje*, Rio de Janeiro: SPBC, v. 3, n. 18, maio/jun. 1985. (Especial Nordeste).

FECCHIO, F. MARICATO. **E. A luta pelo direito de morar**. Revista Travessia, São Paulo: Ed. CEM ano 05, n. 14, p. 25-30, 1992.

GOHN, Maria da Glória. **A força da periferia: A luta das mulheres por creches em São Paulo**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e luta pela moradia** São Paulo: Edições Loyola, 1991.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais na Contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação**, Minas Gerais, 2011, v.16, n. 47, p. 333-351.

GOHN, Maria da Glória. **Reivindicações Populares Urbanas**. 1ª ed. São Paulo: Autores Associados/Cortez, 1982.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

GOIRAND, Camille. **Movimentos sociais na América Latina: elementos para uma abordagem comparada**. Est. Hist., Rio de Janeiro, vol. 22, n. 44, p. 323-354, 2009.

HAESBAERT, R. **Identidades territoriais**. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 169-190.

HALLEY, B. M. **Bairro rural/bairro urbano: uma revisão conceitual**. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 577-593, 2014.

HALLEY, B. M. **O bairro e os enredos do lugar**. *Geograficidade*, v.4, n.1, edição verão, p. 577-593, 2014b.

HOLZER, Werther. O lugar na geografia humanista, In: **Revista Território**. LAGET, UFRJ, ano IV, nº. 7, jul./dez. Rio de Janeiro, 1999.

JACOBI, P. **Movimentos populares urbanos e resposta do Estado: autonomia e controle vs. cooptação e clientelismo**. In: BOSCHI, R.R. *Movimentos coletivos no Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1983.

LOPES DE SOUZA, M. **O bairro contemporâneo: ensaios e abordagem política.** In: *Revista Brasileira de Geografia*, v. 51, n. 2, abr/jun. Rio de Janeiro, 1989, p. 139-172.

LOPES DE SOUZA, M. **O Que Pode o Ativismo de Bairro Reflexão sobre as Limitações e Potencialidades do Ativismo de Bairro à Luz de um Pensamento Autonomista.** 1988. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

LOPES DE SOUZA, M.; RODRIGUES, G. B. **Planejamento urbano e ativismos sociais.** São Paulo: Unesp, 2004.

MELLO, J. B. F. de. **O Rio de Janeiro dos compositores da música popular brasileira – 1928/1991 – uma introdução à Geografia Humanística.** Dissertação (Mestrado em Geografia), UFRJ, 1991.

MELO E SILVA, A. C. S. **O enigma da comunicação comunitária: segurança, segregação e vínculo a partir da experiência de grupos de comunicação em periferias do Recife.** Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Pernambuco. CAC. Comunicação. Recife, 2010.

MELUCCI, A. **Um objetivo para os movimentos sociais?** *Lua Nova*, n.17, p. 49-66, jun., 1989.

MOISÉS, J.A. 1985. O Estado, as contradições urbanas e os movimentos sociais. In: MOISÉS, J.A. (Org.). **Cidade, povo e poder.** 2a Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 14-29. Coleção CEDEC/Paz e Terra; v. 5.

MUTZENBERG, Remo. Construção de sentido pelos movimentos sociais. In: Bueno Augusto Souto-Maior FONTES (Org.). **Movimentos sociais: produção e representação do sentido,** p. 123-156.

POKER, J. G. A. B.; ARBAROTTI, A. E. . **Movimentos sociais: o que há de novo?** In: Mirian Claudia Lourenção Simonetti. (Org.). Territórios, movimentos sociais e políticas de reforma agrária no Brasil. 1ed.Marília-SP: Oficina Universitária/Cultura Acadêmica, 2015, v. 1, p. 15-44.]

RAICHELIS, R. 1988. **Legitimidade popular e poder público.** São Paulo: Cortez.

RELPH, E . **Place and placelessness.** London: Pion, 1976. 14

RELPH, E. **As bases fenomenológicas da geografia.** *Geografia*. *Geografia*, 4 (7): 1-25, 1979.

RESENDE, A.P. 2000. **O Recife: História de uma cidade.** Recife. *Jornal do Comercio, Encarte*, v. 8-9.

SANTOS, M. 1993. **A urbanização brasileira.** São Paulo: HUCITEC. p. 29.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** Milton Santos.- 4. ed. 2. reimpr.- São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2006.

SILVA, T. R. da. A geograficidade e os saberes tradicionais dos pescadores do lago Guaíba: subsídios para a co-gestão das águas do manancial. In: **Simpósio Nacional sobre Geografia, Percepção e Cognição do Meio Ambiente.** Londrina 2005. **Anais...** SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE GEOGRAFIA, PERCEPÇÃO E COGNIÇÃO DO MEIO AMBIENTE Homenageando Livia de Oliveira. Londrina 2005. 17p.

SILVA, A. A. **Dimensões da interlocução pública: cidade, movimentos sociais e direitos.** *Ciências Sociais Hoje.* São Paulo: Ed. Hucitec/Anpocs/IPEA, 1994.

SILVA, Maria Lucia Carvalho da. **Movimentos Sociais: gênese e principais enfoques conceituais.** In: Revista Kairos. São Paulo, 2001.

SOUZA, M. Â. de A. **Assentamentos populares do Recife - cadastro e mapeamento.** Recife: Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano, 1990.

SOUZA, M. Â. de A. **Habitação: bem ou direito? As condições de acesso à habitação analisadas à luz da atuação da COHAB-PE na RMR.** Recife. 1991. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano e Regional) – UFPE, Recife.

SOUZA, M. A. **Habitação: Bem ou Direito? As condições de acesso à habitação popular analisada à luz da COHAB-PE na RMR.** Recife: MDU: UFPE, 1990.

TUAN, Y. **Espaço e lugar.** São Paulo: Difel, 1983.

TUAN, Y. **Espaço, tempo, lugar: um arcabouço humanista.** *Geograficidade*, v. 01, n.01, edição inverno, 2011.

## Filmografia

ANGOLA, C.; BORGES, B.; PINILLA, N (Orgs.). *Roda de Fogo - cidade encantada.* Produção e direção de Catarina de Angola. Recife, Universidade Católica de Pernambuco. Projeto experimental em jornalismo. Mídia áudio/visual. 2008. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Zfll1lu4iN4>> Acesso em 20/09/2017.

COMUNIDADE RECIFE. Disponível em: <<http://comunidaderecife.blogspot.com.br/2009/06/mapa-de-roda-de-fogo-nos-torrees-zona.html>>. Acesso em 10 de agosto de 2017.

COSTA, Alexandre. **Roda de Fogo: cidade encantada, a biografia.** Recife, 2010. Disponível em: <<http://rodadefogoencantada.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 02 março 2017> Acesso em agosto de 2017.

MEU BAIRRO É O MAIOR - Roda de Fogo. Projeto TV Matraca (TV Viva): disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=hVhAOJ14\\_KQ](https://www.youtube.com/watch?v=hVhAOJ14_KQ)>. Acesso em 20/09/2017.

RODA DE FOGO ENCANTADA. Disponível em <<http://rodadefogoencantada.blogspot.com.br/>> Acesso em 10 de agosto de 2017.

## ANEXO A - FOTOS E REGISTROS

Detalhe da placa pregada na árvore em que se lê: “proibido colocar lixo neste local”.



Fonte: O autor (2017)

Lixo jogado em trecho do canal na Rua Prof. Arthur Coutinho



Fonte: O autor (2017)

Passageiros pegam ônibus de Roda de Fogo em novo Terminal Integrado da III Perimetral, no Cordeiro, inaugurado em 27/01/2018



Fonte: Reprodução TV/Globo (2019)

Rua sem pavimentação na Rua Washington Duarte Espíndola, em Roda de Fogo



Fonte: O autor (2018)

Buraco na Rua Zumbi dos Palmares, falta de manutenção dificulta o trafego dos ônibus do bairro



Fonte: Eduardo Nino (2017)

Equipe da Agencia Roda convida os moradores e moradoras a participarem da Biblioboca Mambembe, me parceria com o Movimento Cultural Boca do Lixo



Fonte: Agência Roda (2008)

Membros da Agência Roda produzem faixa para evento na Roda de Fogo,



Fonte: Agência Roda (2008)

Equipe Agência Roda na Biblioboca Mambembe na Roda de Fogo



Fonte: O autor (2008)